



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Políticas culturais locais e associativismo: o caso do município da Amadora

Anabela Martins Ferreira Rodrigues

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado CIES-Iscte, Professor Auxiliar

Convidado

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Nuno Filipe Oliveira, Investigador Integrado CIES-Iscte, Professor Auxiliar

Convidado

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Políticas culturais locais e associativismo: o caso do município da Amadora

Anabela Martins Ferreira Rodrigues

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado CIES-Iscte, Professor Auxiliar
Convidado

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Nuno Filipe Oliveira, Investigador Integrado CIES -Iscte, Professor Auxiliar
Convidado

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Para ti, Camila

Agradecimento

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Professor Dr. José Soares Neves, pela orientação e apoio valiosos ao longo deste projeto de pesquisa. O seu conhecimento e sugestões foram fundamentais para a realização deste estudo.

Estendo o agradecimento ao meu Coorientador, Professor Dr. Nuno Filipe Oliveira, pela disponibilidade e apoio demonstrados, principalmente na fase inicial desta investigação.

Aos presidentes das associações, ao Vereador Ricardo Faria e à Adjunta Pessoal do Vereador, Graça Sabugueiro, expresso a minha sincera gratidão pelo tempo dedicado e pelas informações valiosas compartilhadas durante as entrevistas. Este estudo não teria sido possível sem a sua contribuição fundamental.

À minha família, pelo constante apoio, compreensão e encorajamento.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, tornando-o uma realidade.

Resumo

Esta investigação tem como objetivo analisar a dinâmica de relacionamento entre as associações culturais da Amadora e o poder local, considerando as políticas culturais desenvolvidas no município.

No campo cultural e no âmbito da governação local, é de suma importância estabelecer parcerias sólidas entre as associações culturais e o poder local, a fim de desenvolver estratégias de difusão cultural abrangentes. Essa colaboração aproveita plenamente a significativa influência das associações e está em total consonância com a estratégia de implementação da Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que requer uma cooperação dinâmica envolvendo não apenas o setor público, mas também outros atores, como os parceiros sociais e a sociedade civil.

Tendo em consideração que uma análise mais profunda permite a identificação de singularidades, foi desenvolvida uma pesquisa de carácter qualitativo, que envolveu entrevistas a presidentes de associações culturais do município da Amadora e ao Vereador do Pelouro da Cultura, como representante do poder local. Procurou-se caracterizar as associações, incluindo as atividades desenvolvidas, financiamento e parcerias, e compreender a estratégia política na área da cultura, bem como as políticas culturais e associativas em vigor.

Espera-se que os resultados deste estudo beneficiem formuladores de políticas, líderes municipais e outras partes interessadas envolvidas na promoção da cultura e do associativismo cultural.

Palavras-chave: políticas culturais locais, políticas associativas culturais, associativismo cultural.

Abstract

This investigation aims to analyse the dynamics of the relationship between cultural associations in Amadora and local government, considering the cultural policies developed in the municipality.

In the cultural field and in the scope of local governance, it is extremely important to establish solid partnerships between cultural associations and local authorities, to develop comprehensive cultural dissemination strategies. This collaboration takes full advantage of the significant influence of associations and is fully in line with the implementation strategy of the 2030 Agenda – Sustainable Development Goals, which requires dynamic cooperation involving not only the public sector, but also other actors, such as social partners and civil society.

Considering that a deeper analysis allows to identify singularities, a qualitative research was developed, which involved interviews with presidents of cultural associations in the municipality of Amadora and the Councillor for the Department of Culture, as a representative of the local government. We sought to characterize the associations, including the activities developed, financing and partnerships, and understand the political strategy in the cultural field, as well as the cultural and associative policies in force.

The results of this study are expected to benefit policymakers, municipal leaders and other stakeholders involved in promoting culture and cultural associations.

Keywords: local cultural policies, cultural associative policies, cultural associations.

Glossário

AAESTC – Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema
ARQA – Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora
BE – Bloco de Esquerda
BD – Banda Desenhada
CDS - PP – Centro Democrático Social - Partido Popular
CDU – Coligação Democrática Unitária
CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CPBD – Clube Português de Banda Desenhada
CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
DGArtes – Direção - Geral das Artes
ESSnet – European Statistical System Network
GAMA – Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
MPT – Movimento o Partido da Terra
OBAP – Observatório do Associativismo Popular
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais
PAMA – Programa de Apoio ao Movimento Associativo
PAN – Pessoas - Animais - Natureza
PDR – Partido Democrático Republicano
PROQUAL – Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
RUTIS – Associação Rede de Universidades da Terceira Idade
SFCIA – Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora
SFRAA – Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VNV – Venda Nova Viva

Índice

Agradecimento	iv
Resumo	v
Abstract	vii
Glossário	ix
Introdução	xiii
Capítulo 1. Revisão da Literatura	1
1.1. O associativismo como pilar da sociedade civil e a sua influência no campo democrático	1
1.2. O panorama do associativismo cultural em Portugal	2
1.2.1. Evolução e desafios do associativismo no contexto português	2
1.2.2. Perfil e atividades das Associações Culturais em Portugal: análise ao «Inquérito Nacional às Associações de Cultura e Desporto (2022)»	3
1.3. Breve análise dos conceitos de Cultura e de Políticas Culturais	5
1.4. Do Estado Novo à Democracia: transformações nas políticas culturais e o impacto no associativismo	7
1.4.1. O movimento associativo nas políticas culturais nacionais	8
1.5. A evolução das políticas culturais autárquicas em Portugal	11
1.6. As políticas culturais autárquicas e o associativismo: o contexto português	13
Capítulo 2. Metodologia	15
2.1. Problemática e objetivos	15
2.2. Recolha e análise de dados	16
2.3. Objeto de estudo e modelo de análise	17
Capítulo 3. O Município da Amadora	20
3.1. A evolução demográfica e histórica da Amadora	20
3.1.1. O panorama espacial e populacional	20
3.1.2. Breve história do município	20
3.2. Enquadramento político e o plano estratégico do município	21
3.2.1. O panorama cultural do município e as políticas culturais autárquicas	22
3.2.2. O Programa de Apoio ao Movimento Associativo na Amadora	25
Capítulo 4. Análise das entrevistas	28
4.1. Análise de dados	28

4.1.1. Presidentes das Associações Culturais: Parte I – Caracterização da Associação Cultural	28
4.1.2. Presidentes das Associações Culturais: Parte II – A associação e as relações com a comunidade, financiamento e parcerias	29
4.1.3. Presidentes das Associações Culturais: Parte III – Relacionamento com as instituições do poder local	31
4.1.4. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte I – Percurso profissional individual	34
4.1.5. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte II – Plano estratégico da política cultural autárquica	35
4.1.6. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte III - Relação com as associações culturais.....	38
4.1.7. Interpretação final às entrevistas	39
Conclusão	42
Fontes	47
Bibliografia	51
Anexos	56
Anexo A: Entidades que apoiam as associações – «Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)»	57
Anexo B: Tipologia de apoios recebidos por entidade - «Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)»	58
Anexo C: Modelo de Análise: dimensões de análise e indicadores	59
Anexo D: Enquadramento da região da Amadora no território nacional e respetivas freguesias com nº de residentes e Km2 (2014)	60
Anexo E: Despesas em atividades culturais e criativas do município da Amadora e municípios fronteiriços (2018-2021)	61
Anexo F: Despesa em atividades culturais e criativas por categorias de despesa (2021)	62
Anexo G: Quadro descritivo das entrevistas realizadas	63
Anexo H: Quadro descritivo do cargo dos entrevistados e guiões utilizados	65
Anexo I: Guião das entrevistas às associações culturais do município da Amadora (B)	66
Anexo J: Guião da entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura – Câmara Municipal da Amadora (A)	67
Anexo K: Quadro descritivo das associações entrevistadas: data de fundação e nº de associados	68
Anexo L: Apoios e parcerias das associações entrevistadas no desenvolvimento de atividades culturais (2022-2023)	69

Introdução

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a dinâmica de relacionamento entre as associações culturais do concelho da Amadora e o poder local, na perspetiva das políticas culturais desenvolvidas no município. Partindo da definição convencional das associações como atores locais, esta pesquisa procura compreender o processo de diálogo existente entre estas instituições e a Câmara Municipal da Amadora, tendo em consideração que um estudo sectorial permite uma análise mais aprofundada e a identificação de singularidades, tornando-se útil para o desenvolvimento de políticas culturais mais informadas.

As políticas culturais tendem, cada vez mais, a ganhar espaço no campo político global, à medida que abordam questões fundamentais, como a inclusão social e o combate às desigualdades, em consonância com a Agenda 2030 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como os campos da diversidade cultural e dos direitos humanos, que também se constituem como alicerces de referência para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa interconexão entre políticas culturais e objetivos globais, destaca a importância crucial da cultura no cenário internacional.

Estudos empíricos já realizados demonstram de forma convincente a influência e impacto positivo do associativismo na sociedade civil, pela importância que detêm como espaço promotor de identidades, diversidade cultural, virtudes cívicas e coesão social, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural, político-cívico e económico, e alinhando-se com os objetivos globais mencionados. Neste contexto, torna-se evidente a relevância significativa que o movimento associativo assume na esfera pública, como discutiremos mais adiante.

No contexto de governação local, é desejável que as instituições locais se envolvam ativamente na promoção de parcerias com instituições altruístas que operam a nível comunitário. No campo cultural, estas parcerias desempenham um papel crucial na criação de estratégias de difusão cultural abrangentes, aproveitando a considerável capacidade de influência cultural das associações e de outras instituições em todo o território nacional.

Em última análise, o nosso objetivo é esclarecer a dinâmica das políticas culturais e do associativismo a nível local, enfatizando o papel fundamental das associações culturais nesse contexto. Esperamos que os resultados deste estudo possam ser benéficos para formuladores de políticas, líderes municipais e outras partes interessadas comprometidas com a promoção da cultura e do associativismo cultural na região. Além disso, a nossa pesquisa pode contribuir para a identificar oportunidades de aprimoramento nas políticas culturais e associativas municipais, bem como no fortalecimento de relações entre as partes envolvidas.

O presente documento encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde à Revisão de Literatura, onde serão analisados os trabalhos de vários autores sobre o associativismo e o seu papel na sociedade civil e campo democrático, bem como o seu enquadramento nas políticas culturais nacionais e locais. Será igualmente analisado o panorama atual do associativismo cultural no contexto português, através de uma análise ao «Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)». Neste capítulo analisa-se também os conceitos de Cultura e Políticas Culturais de uma forma sumária e aborda-se a evolução das políticas culturais a nível nacional e local.

O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento metodológico da investigação, onde se aborda os objetivos da pesquisa, problemática identificada e a técnica de recolha de dados, que será de carácter qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas aos presidentes das associações culturais do município e Vereador do Pelouro da Cultura. É ainda apresentado um modelo analítico que serve de base à investigação empírica, englobando o objeto de estudo.

O terceiro capítulo corresponde à contextualização do Município da Amadora, elaborado através da recolha de informações a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica que nos ajuda a estabelecer um enquadramento político e estratégico do município no campo cultural e associativo. Neste capítulo, procedemos a uma recolha de dados quantitativos, para uma análise do panorama demográfico e orçamental do município.

O resultado das entrevistas será explorado no quarto capítulo, seguindo os principais tópicos em análise. Este capítulo inclui no final uma síntese do que foi apurado nas entrevistas.

A seguir a estes capítulos, apresentaremos uma síntese conclusiva, na qual consolidaremos os principais resultados e conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1

Revisão de Literatura

1.1. O associativismo como pilar da sociedade civil e a sua influência no campo democrático

Assumindo as associações como representantes de interesses e identidades, faz sentido caracterizá-las como um pilar fundamental da sociedade civil, ideia justificada por Viegas (2014), que afirma que as associações assumem os problemas dos cidadãos, de nível privado, na esfera pública transformando-os em questões sociais. O seu *core* permite uma ação a vários níveis, desde o nível individual, pelas suas virtudes cívicas, ao nível da esfera pública, pela sua contribuição para o debate público e por último pelos seus efeitos institucionais, como importantes representantes de interesses e com um papel ativo na implementação de políticas públicas (Viegas, 2014). Segundo Silva e Santos (2010), esta proximidade recíproca entre as associações e os cidadãos possibilita a criação de uma «“zona de intermediação” (...) aquela que potencia a proximidade relacional entre os sujeitos e a sua capacidade de esclarecimento e participação» (Silva & Santos, 2010, p. 28).

No que diz respeito à participação da sociedade civil no campo democrático, é evidente, pelo que foi exposto, o papel incentivador que desempenha o associativismo. Este papel foi reforçado pela Comissão Europeia, em 1997, com a publicação da comunicação «A promoção do papel das associações e das fundações na Europa», um documento que tem como objetivo demonstrar a importância destas organizações e os desafios que enfrentam. A própria natureza da comunicação enfatiza que as associações são fundamentais para a sociedade, referindo que «o contributo crescente que estas organizações têm dado ao longo dos anos para o desenvolvimento europeu justifica o incentivo e promoção do seu papel» (Comissão Europeia, 1997, p. 1).

Vários autores, incluindo Tocqueville (2005), Lüchmann (2017, 2012) e Pratas (2022), sustentam a ideia de que as associações desempenham um papel crucial na democracia. Lüchmann (2012) e Pratas (2022) abordam o papel do associativismo em três dimensões democráticas: democracia deliberativa, democracia participativa e democracia associativa. Os processos deliberativos são caracterizados pela formação e troca de opiniões como a base democrática da legitimidade política, «permitindo a circulação e a transformação das ideias e

opiniões por meio de procedimentos comunicativos que partem das redes informais da esfera pública e atravessam os corpos legislativos e governamentais» (Lüchmann, 2012, para. 44). Na democracia participativa, as associações evitam a centralização do poder de decisão em instituições governamentais e oferecem uma perspectiva democrática ao cidadão, educando-o nesse sentido e contribuindo para participação direta do indivíduo. Já a democracia associativa, é analisada como uma derivação da democracia participativa, substituindo o indivíduo pelas instituições, e defendendo uma atuação «arrojada» por parte do Estado, através da incorporação das associações no processo de discussão, formulação e execução de políticas públicas auxiliando os governos a administrarem a sociedade em contextos de complexidade social (Lüchmann, 2012; Pratas, 2022).

Segundo os autores estas três perspectivas de democracia apresentadas surgem como uma alternativa à democracia liberal, limitada à participação cívica do cidadão no ato eleitoral, tentando ampliar os sujeitos e os espaços da participação e da deliberação reconhecendo o papel democrático das associações (Lüchmann, 2012; Pratas, 2022).

1.2. O panorama do associativismo cultural em Portugal

1.2.1. Evolução e desafios do associativismo no contexto português

Tendo como ponto de fomento a expansão dos ideais liberais no séc. XIX, as associações desenvolveram-se de variadíssimas formas até aos dias de hoje. No caso português, em específico, um dos marcos quando falamos da história do associativismo, está ligado ao movimento decorrente do 25 de Abril de 1974, sendo que «cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974» (Leitão et al., 2009, p.31). Estas associações, que surgiram no advento do movimento democrático assumem um formato diversificado, abrangente e inclusivo, assumindo um leque de práticas culturais que não passam apenas pela cultura «erudita», mas também pela cultura popular e a suas práticas (Leitão et al., 2009).

É também após a revolução de 1974 que se evidencia o apoio das autarquias locais ao associativismo, em forma de parcerias e aprofundamento dos seus pelouros social e cultural, no entanto com evidentes dificuldades. De acordo com um relatório efetuado em 1986, pela *Fondation Marcel Hicter*, identificou-se algumas dificuldades com que se debatia o movimento associativo português: a instabilidade das relações entre dirigentes associativos e dirigentes políticos, que, segundo o relatório, estes últimos mover-se-iam por critérios de obtenção de prestígio, a falta de objetividade na atribuição de financiamentos, prevalecendo uma visão

«caritativa e assistencialista» e a ausência de coordenação entre a administração central, poder local e movimento associativo (Melo, 2007).

Segundo Monteiro (2004), as associações atuais perderam parte da sua capacidade de interlocução entre as comunidades e o Estado em prol da prática da boa gestão e da burocracia, negligenciando a «capacidade de mobilização da sociedade civil no quadro de valores como os da solidariedade, da reciprocidade ou do diálogo público» (Monteiro, 2004, p.141). Esta ideia de priorizar a boa gestão e a transparência da organização e negligenciar os tradicionais valores associativos, aliada à subalternização do setor perante o Estado, referida pelo autor, pode levar a uma fraca autonomia por parte das organizações que também se pode justificar por uma dependência no financiamento público, limitando-as a executar e a implementar serviços de carácter público. Segundo o autor, esta relação não significa necessariamente uma perda total de autonomia, mas poderá assumir uma autonomia tutelada, que «limita o seu exercício e impele à aceitação de todos os termos sob a condição de garantir a sua sobrevivência», ou uma autonomia funcional, «em que estas organizações, tem um grau de dependência do Estado em que permite a candidatura a programas e exploração de oportunidades de carácter mais empresarial, mesmo no âmbito de rentabilização de parcerias locais», e por último, uma autonomia negociada em que a dinâmica das relações passa pela parceria entre este dois organismos (Monteiro, 2004).

1.2.2. Perfil e atividades das Associações Culturais em Portugal: análise ao «Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)»

No que toca à análise do quadro associativo-cultural no contexto português, baseamo-nos no Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto¹, realizado através de uma colaboração desenvolvida entre a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), o Observatório do Associativismo Popular (OBAP), o Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. A pesquisa reconhece, num universo de 66 761 associações com fins altruísticos, a existência de 33 276 associações de natureza cultural, recreativa e desportiva. O inquérito englobou 945 associações desta natureza, distribuídas pelo território nacional, sendo que a maior percentagem, mapeada pelas respostas obtidas, encontra-se nas regiões Norte e Centro que representam cerca de 60% do total, e em menor número, as zonas dos Açores e da Madeira (menos de 2%).

¹ Inquérito integrado no projeto de investigação «O papel do associativismo popular no envelhecimento ativo em Portugal».

Relativamente à tipologia de associações verificada nesta amostra, concluiu-se que as associações culturais e recreativas representam 76.3%, seguidas das associações desportivas, que representam 41.2% relativo ao número total. Relativamente às atividades de natureza cultural promovidas pelas associações, o estudo demonstra que normalmente estas atividades aparecem conjugadas com atividades de recreação e lazer, bem como desportivas, sendo pouco frequente atividades de natureza apenas cultural²(Neves et al., 2023).

Do inquérito resulta um cenário em que é possível analisar as entidades que apoiam as associações e a tipologia de apoios obtidos (ver anexo A). Das associações que confirmaram receber apoio de uma entidade externa, 87,9% confirmou receber apoios das câmaras municipais e 77,6% das juntas de freguesia. No ponto oposto encontra-se o Estado Central, em que 8,1% associações confirmam receber apoio desta entidade pública. Destaca-se ainda as entidades privadas/empresas, que representam 51,9%, tornando-se dos principais apoiantes, e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), com 17,7%, este último ligado maioritariamente às atividades desportivas (Neves et al., 2023).

Relativamente à tipologia de apoios (ver anexo B), realça-se o de ordem financeira, especialmente pelas autarquias locais, representando 74,8% por parte das câmaras municipais e 50,3% das juntas de freguesia, em contraste com o Estado central, que representa 5,9%. Destaca-se novamente, ainda na ordem financeira, o apoio das entidades privadas representando 35,1%. O IPDJ representa 12,6%, maioritariamente concedidos ao abrigo do Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID), que em 2022, distribuiu cerca de 2 milhões de euros a 78 associações. No que toca à utilização de equipamentos, outra tipologia de apoio que se destaca, mantêm-se as autarquias locais - câmaras municipais (33,7%) e juntas de freguesia (26,9%) - como principais protagonistas, sendo que as entidades privadas representam 14,7%. Já a tipologia de apoio que passa pela «Construção e/ou obras em instalações» é evidente o papel das autarquias locais, em larga maioria relativamente a outras entidades (Neves et al., 2023).

Em suma, os apoios às instituições associativas, no contexto português, são fornecidos, principalmente, pelas autarquias locais, destacando-se o apoio financeiro e a disponibilização de equipamentos. As entidades privadas também desempenham um papel relevante nesta matéria, enquanto o apoio do Estado é menos expressivo. Já os apoios diretos do Governo, através do Ministério da Cultura e Direções regionais de cultura são limitados, não englobam

² No inquérito indicado, apenas 15.2% das associações mencionaram realizar, exclusivamente, atividades de natureza cultural.

toda a atividade cultural e «não surgem articulados numa política pública abrangente e com objetivos claros» (Neves et al., 2023, p. 35).

1.3. Breve análise dos conceitos de Cultura e de Políticas Culturais

Entender o conceito de políticas culturais inclui pensar nas múltiplas definições de cultura, bem como no seu alcance, numa sociedade em constante mudança (Bradford, 2000).

Miller & Yúdice (2002), na sua obra «*Cultural Policy*», analisam as políticas culturais recorrendo a uma análise do conceito de cultura. Para isso utilizam dois registos: o estético e o antropológico. No registo estético a cultura é referenciada como uma forma de distinção entre os gostos e estatutos de determinados grupos sociais (por exemplo, uma classe social que tem o capital social para apreciar «belas-artes», e outra que não o tem). Já no registo antropológico, a cultura é entendida como uma referência de como vivemos a nossa vida, influenciados pela linguagem, religião, costumes, tempo e espaço. Neste sentido, e segundo os autores, a política cultural refere-se aos suportes institucionais que ligam o estético e o antropológico (Miller & Yúdice, 2002).

Mas como é que a interação entre estes dois registos, conforme apresentado por Miller & Yúdice, se relaciona com os suportes institucionais? Para isso, recorro primeiramente a Costa (1997), e à sua comunicação apresentada na 1ª Mesa Redonda promovida pelo Observatório das Atividades Culturais, sobre o projeto «Políticas Culturais Nacionais». Segundo o autor, as políticas culturais, combinam dois conceitos: a cultura e o poder. Num prisma de análise sociólogo, estes dois conceitos emergem do tecido social geral, constituindo-se posteriormente a um nível institucional. As políticas culturais contemporâneas são, portanto, políticas públicas, «criadas ou extintas, amplificadas ou restringidas, continuadas ou modificadas, consoante tomadas de posição a este respeito que se vão sucedendo, essas sempre controversas no plano cultural e no plano político» (Costa, 1997, p. 2). Quando abordamos as políticas culturais, abordamos práticas de intervenção institucionais que agregam um conjunto de atos, discursos, despesas e práticas administrativas que produzem uma ação de uma instituição política direcionada para um determinado fenómeno ou problema no campo cultural, que poderá condicionar a economia dos bens culturais e «ter consequências no jogo social do campo de produção cultural, (...) este seu posicionamento, mas com implicações profundas na estrutura do campo, é a raiz da sua “natureza” conflitual» (Albuquerque, 2011, p.92). Segundo Silva (2003), esta confrontação ideológica, entre o campo social cultural e a instituição política, determina, assim, a formação e concretização de políticas culturais.

Relativamente ao papel das políticas culturais nas políticas públicas, Lewis (2000) realça a negligência dos partidos políticos no desenho de políticas culturais abrangentes, sendo que, em contraste, o peso de uma política económica, por exemplo, é fulcral para uma campanha eleitoral. Segundo o autor os governos lidam com os assuntos culturais de duas formas: abstendo-se de uma política cultural estruturada, deixando a vida cultural da sociedade nas mãos do mercado livre, ou assumem uma política cultural baseada na tradicional definição de artes e valor artístico, levando o Estado a implementar medidas de proteção a uma seleção limitada de atividades culturais (Lewis, 2000).

Em 1970, na conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Veneza, já era unânime a opinião de que o processo de desenvolvimento das políticas culturais não é diferente das outras políticas públicas, no entanto têm que ser diferenciadas pelo seu teor, isto é, enunciar algo como uma política cultural implica a existência de um campo na vida quotidiana em que essa política possa atuar em oposição a outros campos que incluam outro tipo de políticas. Portanto, para que as políticas culturais existam, é necessário separá-las de outro tipo de políticas.

Na maior parte dos países da Europa, o setor cultural depende de financiamento público, quer a nível do estado central, quer a nível regional e local, com as direções regionais e autarquias locais. A maioria deste financiamento é aplicado com uma visão democrática esperando que a cultura e os equipamentos culturais subsidiários, cheguem a cidadãos de todas as classes sociais. Segundo o relatório da ESSnet – Culture – *European Statistical System Network on Culture* (2012) e financiado pela Comissão Europeia, as políticas culturais com foco no incremento da participação da sociedade civil na esfera cultural assumem um papel abrangente no leque de políticas públicas formuladas em muitos países da Europa. Estas políticas aliadas a estudos de indicadores de bem-estar, atraem os *policy makers* a nível nacional e europeu (Bína et al., 2012).

1.4. Do Estado Novo à Democracia: transformações nas políticas culturais e o impacto no associativismo

Durante o período salazarista a matriz cultural em Portugal era influenciada pelo integralismo lusitano, glorificação do nacionalismo imperialista e por tendências conservadoras cristãs. O regime criou diversos mecanismos de hegemonia ideológica e cultural com uma ação de propaganda bastante forte.

O golpe militar de 25 de abril de 1974 marca o fim do Estado Novo e dá início à instauração de um regime democrático que traz mudanças a vários níveis no sistema político,

económico, social e cultural. Pouco tempo depois do 25 de abril começam os anúncios de uma nova política cultural, focada na democratização da cultura e no desenvolvimento cultural nas províncias no centro do país. Até aos anos 80, os programas dos vários governos incluem iniciativas no âmbito da democratização da cultura, fruição de bens culturais, promoção da participação cultural, salvaguarda do património, valorização da criação e difusão culturais, descentralização (o estado como complemento relativamente a outros agentes) e apoio ao associativismo cultural (Santos et al., 1998).

No período de 1983 a 1995, surge no domínio da descentralização, uma maior cooperação com as autarquias e instituições culturais locais, bem como o estabelecimento de polos regionais dependentes de organismos nacionais. O Ministério da Cultura é criado em outubro de 1995, durante o XIII Governo Constitucional, e assume o compromisso de criar uma política cultural efetiva, que teria sofrido alguma negligência por parte de governos anteriores. Esta política baseava-se na ideia de que a cultura ocupava um lugar central no desenvolvimento do país, e devia ser aplicada numa «perspetiva transversal» (Santos et al., 1998, p.18). A par da criação do Ministério da Cultura, procedeu-se a uma reforma institucional da administração da cultura com objetivo de aumentar o alcance e a eficácia das políticas culturais, criando uma melhor sinergia na relação entre os agentes culturais, a administração e outros parceiros (Santos et al., 1998).

O Ministério da Cultura é extinto em 2012, dando origem à Secretaria de Estado da Cultura, como ordem reguladora da cultura. Com a crise financeira mundial de 2008, que atingiu Portugal de forma intensa, os investimentos públicos na cultura têm uma diminuição drástica. Dá-se, no entanto, continuidade a programas anteriores, e em 2015, com o XX Governo Constitucional o Ministério da Cultura é restaurado. Entre o início do Séc. XXI até ao período da pandemia Covid – 19, são lançados programas de apoio que abrangeram áreas como o património cultural, as artes, o cinema, a literatura e a promoção da diversidade cultural.

No período entre 2015 e 2019, o programa do XXI Governo Constitucional em Portugal apresentou como objetivo, o resgate da cultura para níveis anteriores à austeridade (Costa, 2021). A visão do governo passava por garantir condições de acesso democrático à criação e fruição culturais, assegurar as liberdades de expressão e informação, preservação e divulgação do património material e imaterial bem como a assunção da Cultura como fator essencial de inovação, qualificação e competitividade da economia. Um dos compromissos apresentados passava por atribuir um carácter transversal à política cultural e desenvolver o trabalho em rede entre a administração central e local, «estimulando e articulando as componentes culturais em todas as áreas da governação» (Programa do XXI Governo Constitucional, p. 197). Os programas dos governos seguintes, mantêm a visão, no essencial, reforçados com uma preocupação no

fomento da transformação digital e acesso às mudanças tecnológicas e descentralização das atividades culturais (Programa do XXII Governo Constitucional, 2015; Programa do XXIII Governo Constitucional, 2019).

Estas iniciativas mostram o compromisso dos governos portugueses em investir e promover a cultura em diversos setores e áreas, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade (Costa, 2021).

1.4.1 O movimento associativo nas políticas culturais nacionais

No panorama legislativo português, é importante referir que a existência do movimento associativo e a sua contribuição para a vida em sociedade não são ignorados. De acordo com a Constituição da República Portuguesa (2005):

«O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais» (Constituição da República Portuguesa, 2005, nº 3 do art. 73º).

«Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto» (Constituição da República Portuguesa, 2005, nº 2 do art. 79º).

Estes princípios estruturais do Estado são complementados por diplomas legislativos que consagram e promovem o direito de associação. O Decreto-Lei nº 594/74 de 7 de novembro³, reconhece e regulamenta o direito de associação, afirmando que «o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos em sociedade» (Decreto-Lei nº 594/74, 1974). A Lei nº 34/2003 de 22 de agosto, também reconhece o movimento associativo popular, estabelecendo as associações como parceiras sociais do Estado, comprometendo-se este último, a promover «o levantamento, por município, das associações de cultura, recreio, desporto, social e juvenil, aperfeiçoando progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas atividades» (Lei nº 34/2003, 2003, art. 3º). No que toca aos mecanismos de apoio financeiro, também a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública – Lei nº 36/2021, de 14 de junho - oferece reconhecimento oficial, benefícios fiscais, acesso a financiamento e recursos adicionais, além de fortalecer o compromisso social das associações.

³ Com alteração no art. 4º pelo Decreto-Lei nº 71/77 de 25 de fevereiro e revogação do art. 15º pela Lei nº 29/2009 de 29 de junho.

Adicionalmente, a aprovação da Lei nº 42/2017, de 14 de junho, estabelece a proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural, sejam eles com ou sem fins lucrativos, que inclui coletividades culturais, recreativas, desportivas e associações culturais que desempenhem um papel relevante a nível local «pela sua atividade e património material ou imaterial» (Lei nº 42/2017, 2017, art. 2º). A lei prevê, igualmente, a proteção destas entidades através dos municípios, no âmbito das suas competências «em matéria de gestão urbanística e preservação do património» (Lei nº 42/2017, 2017, art. 3º).

Esta legislação é complementada por outras medidas de apoio como o estabelecimento de acordos de colaboração por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e intervenções desenvolvidas a partir da Fundação Inatel através de programas de apoio ao associativismo (Neves et al., 2023).

A nível local, o compromisso social relativo ao associativismo, é legitimado através da Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, e que tem disposto no artigo 33º, no que toca às competências da câmara municipal:

«o) deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...) u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças» (Lei nº 75/2013, 2013, art. 33º).

Neste sentido, generalizaram-se nos municípios portugueses programas de apoio ao associativismo, embora seja importante notar que esses programas são regulamentados com critérios e montantes financeiros diferentes entre municípios, o que pode resultar em disparidades nas condições de apoio às associações (Neves et al., 2023).

Relativamente a políticas de apoio concretas, no campo do associativismo cultural, é através das Direções Regionais de Cultura e da Direção-Geral das Artes, sob a alçada do Ministério da Cultura, que são operacionalizadas, atualmente, medidas de apoio anuais como o «Apoio ao Associativismo Cultural, Bandas de Música e Filarmónicas», que engloba as bandas de música, filarmónicas, escolas de música, tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outras associações culturais que se dediquem à atividade musical, sediadas no território de incidência das respetivas Direções. O apoio reveste a natureza de subsídio, em valor equivalente ao imposto de valor acrescentado (IVA), pago e suportado pelas entidades anteriormente referidas,

na aquisição de instrumentos musicais e outros materiais pré-definidos abrangidos no regulamento⁴.

Vale a pena mencionar, igualmente, os Programas de Apoio às Artes, que se estendem a nível nacional e são concretizados pela DGArtes. Enquanto instrumento de política cultural, este modelo baseia-se numa dupla perspetiva: «a necessidade de maior articulação das administrações do Estado nas suas dimensões central, regional e local (...) (ii) a par de instrumentos jurídicos mais claros e objetivos, potenciadores de maiores e melhores resultados» (Decreto-Lei nº 103/2017, 2017). Os Programas de Apoio assumem a forma de procedimento concursal e dividem-se em três tipologias: o apoio sustentado, o apoio a projetos e o apoio em parceria.

No âmbito da administração local, os Programas de Apoio contemplam «a valorização dos agentes culturais que estabeleçam um compromisso efetivo com municípios no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local» (Programa de Apoio Sustentado) e a «possibilidade de concertação entre a DGArtes e os municípios, para definição das condições de desenvolvimento de atividades por agentes culturais a selecionar, as quais devem basear-se em objetivos estratégicos dirigidos aos respetivos territórios (...)» (Decreto-Lei nº 103/2017, 2017).

Segundo o «Relatório Estatístico de Apoio às Artes» publicado pela DGArtes, referente aos apoios atribuídos durante o ano de 2017, num leque de financiamento de cerca de 16.035.007€⁵ atribuídos no âmbito dos Programas de Apoio e outras linhas de financiamento, percebemos que a maioria das instituições apoiadas correspondem, de facto, a associações culturais⁶.

Adicionalmente, entre o conjunto de medidas desenvolvidas dentro das competências das Direções Regionais de Cultura, podemos constatar que são elaborados programas de apoio e linhas de financiamento, que envolvam iniciativas culturais, de carácter local ou regional, realizadas por «agentes e estruturas de carácter não profissional que, pela sua natureza, não se enquadrem nos programas de apoio de âmbito nacional ou que correspondam a necessidades ou aptidões específicas da Região» (Programa de Apoio à Ação Cultural da Região Centro – Normas, 2022, p.1). Um exemplo que podemos mencionar é o Programa de Apoio à Ação Cultural, criado pela Direção Regional de Cultura do Centro, em 2019, em formato de concurso

⁴ Através da Lei nº 123/99, de 20 de agosto, posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei nº 128/2001 de 17 de abril.

⁵ O «Apoio ao Associativismo Cultural, Bandas de Música e Filarmónicas» – da região de Lisboa e Vale do Tejo, área geográfica de incidência da DGArtes - recai na categoria de *Apoio ao Associativismo Cultural*, com 28.558€ atribuídos a 22 organizações associativas nesta categoria.

⁶ Note-se que grande parte dos apoios concretizados dentro do Programa de Apoio às Artes foram direcionados às áreas do Teatro, Música, Cruzamentos Disciplinares e Dança.

anual, destinado a iniciativas e projetos promovidos por associações privadas sem fins lucrativos, não profissionais, cuja área de atividade principal, se centre no âmbito da cultura, cultura científica e das artes. Em 2022, o regulamento do programa foi elaborado em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, explanados na Agenda 2030, permitindo uma maior pontuação dada às instituições no processo de avaliação, caso incluíssem atividades que respondessem aos objetivos indicados. Este programa foi alargado a mais regiões do país, por iniciativas da Direção Regional de Cultura do Algarve e Direção Regional de Cultura do Norte⁷. Para além destes programas em formato de concurso, as Direções Regionais estabelecem parcerias com instituições associativas no âmbito de projetos culturais pontuais, ou através do estabelecimento de protocolos de cooperação, como por exemplo a parceria estabelecida entre a Direção Regional de Cultura Centro e o Instituto português do Desporto e da Juventude (IPDJ), no âmbito do projeto «CASULOS», com três associações culturais apoiadas durante o ano de 2021⁸.

1.5. A evolução das políticas culturais autárquicas em Portugal

Dado o panorama das políticas culturais nacionais e sua evolução, é difícil compreender as políticas culturais autárquicas sem ter em conta a escala nacional. A par da evolução das políticas culturais nacionais, assistiu-se a uma evolução nas políticas a nível local, mais evidente a partir do ciclo que se inicia em 1986. No período de integração europeia, surgiram novas possibilidades de financiamento e desenvolvimento de projetos que também foram transportados para as autarquias, transformando o cenário anterior, que se focava no aproveitamento de infraestruturas físicas para satisfação das «necessidades coletivas básicas», em prol do «alargamento de ação e de recursos» (Silva, 2007, p.12). Esta tendência é acompanhada por uma mudança nas práticas culturais, incluindo o surgimento de novos públicos e um novo perfil de procura de lazer e eventos (Silva, 2007).

Do ponto de vista financeiro, como demonstra Neves (2005), «no arco temporal que vai de 1986 a 2003 a despesa dos municípios portugueses com o sector cultural passou de 55 para 395 milhões de euros a preços constantes de 2003, o que significa um crescimento real de 613%» (Neves, 2005, p.3).

No que toca à gestão de equipamentos culturais, a participação dos municípios nos programas de redes culturais levou a um maior investimento na criação e organização de

⁷ A Direção Regional de Cultura do Norte criou o «Programa de Apoio aos Agentes Culturais», na mesma linha conceptual.

⁸ Direção Regional da Cultura Centro. Projeto CASULOS.
<https://www.culturacentro.gov.pt/pt/inicio/associativismo-cultural/>.

equipamentos, bem como à criação de novas prioridades de ação, no âmbito de políticas nacionais, como a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede Portuguesa de Arquivos, e a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses. Também o panorama museológico assumiu uma dinâmica crescente, sendo que «em 2002, registavam-se, no conjunto do país, 591 entidades museológicas. 40% estavam sob tutela da administração local» (Silva, 2007, p.23). Como demonstra Silva (2007):

«com base no inquérito postal administrado em 2005 (...) 152 dos quais provenientes dos municípios (...). Ora, 50% destas autarquias tutelavam três ou mais equipamentos; (...) e 76% mantinham parcerias culturais com entidades exteriores, nas quais avultavam as do terceiro sector (sobretudo associações) e os organismos do estado central» (Silva, 2007, p.23).

Atualmente, o padrão de intervenção cultural autárquica em Portugal está estruturado em três eixos principais de atuação: a preservação e valorização do património, o desenvolvimento de uma oferta cultural e a formação de públicos culturais. Estes eixos de atuação têm incorporado novas dimensões, muitas vezes influenciadas por fatores externos, como diretrizes nacionais ou europeias. Essas novas dimensões incluem a consideração do valor económico dentro da esfera cultural e uma articulação da política cultural com outras iniciativas públicas, como a reabilitação urbana e a promoção da inclusão social (Silva et al., 2015).

Vale a pena referir também uma característica que tem vindo a ganhar destaque no padrão predominante das políticas culturais locais: a realização de grandes eventos locais, que visam alcançar visibilidade e projeção além das fronteiras do município. Estes eventos remetem à imagem identitária dos municípios, refletindo a ideia de se destacarem em âmbito regional, nacional ou mesmo internacional. Como refere Silva (2007), «tendendo a fidelizar uma elite de consumidores e praticantes culturais e a inscrever alguns agentes locais numa rede de amplitude global, proporciona um recurso simbólico decisivo na visibilidade e no marketing da cidade» (Silva, 2007, p.27).

No que diz respeito às juntas de freguesia, quando estão envolvidas em projetos no campo cultural, frequentemente operam dentro do quadro das ações municipais. Segundo Silva (2007), é importante notar que as políticas autárquicas em Portugal são predominantemente de escala municipal, com uma presença limitada tanto na dimensão das juntas de freguesia quanto na cooperação em níveis intermunicipais ou supramunicipais. Esse foco pode ter implicações na abrangência e eficácia das políticas culturais desenvolvidas, ressaltando a necessidade de considerar estratégias de cooperação mais amplas, de forma a promover efetivamente a cultura em todas as escalas geográficas (Silva, 2007).

1.6. As políticas culturais autárquicas e o associativismo: o contexto português

A relação das autarquias com associativismo, pelo que já foi aqui exposto, engloba essencialmente o financiamento público e a disponibilização de equipamentos, caracterizado como um importante recurso para programação cultural nas comunidades. No entanto, a nível local, no que toca à concretização de apoios, existe uma fragmentação e distanciamento nos objetivos, critérios e financiamento, entre os municípios, apesar de se ter generalizado regulamentos municipais neste sentido. Ao nível das juntas de freguesia, o cenário acaba por envolver discricionariedade nos apoios a atividades e associações, não existindo, muitas vezes um regulamento a seguir (Neves et al., 2023).

Um inquérito efetuado em 2005, pelo Observatório das Atividades Culturais, publicado em 2006, obteve dados de 152 câmara municipais, e revelou que 116 dessas autarquias realizaram parcerias com instituições, no âmbito cultural, sendo que 97,4%, mantinham parcerias com entidades do Terceiro Setor (associações culturais), clarificando o facto de que «o seu trabalho é reconhecido e apoiado – por vezes através de parcerias – pelas instâncias públicas locais» (Gomes et al., 2006, pp. 46-47). No entanto, é importante reter, que as parcerias realizadas são essencialmente no âmbito da realização de eventos, o correspondente a cerca de 92% (Gomes et al., 2006, p.47).

Tomando como exemplo o estudo elaborado pelo Observatório Português das Atividades Culturais (2020) para a Direção Regional de Cultura do Alentejo, é realçada também a proximidade do associativismo cultural com o poder local, transcrita no regulamento de apoio ao associativismo, bem como no registo das associações culturais existentes no território alentejano por parte dos municípios, demonstrando aqui uma preocupação no conhecimento e gestão no âmbito cultural (Neves et al., 2022). No entanto, são também enfatizadas as carências de uma estratégia política e competência municipal no âmbito cultural «que obstem à diminuição dos resultados culturais das associações por fragmentação, descontinuidade e frequente ambivalência de propósitos» (Neves et al., 2022, p. 8).

Dando exemplo do caso da cidade do Porto, onde a cultura assumiu, entre os anos de 1989 e 2001 (este último marcado por ano uma transição político-ideológico na câmara), um ponto central na política municipal, Silva (2007) identifica que um dos princípios adotado passava pelo apoio ao tecido associativo e artístico, com vista à participação dos cidadãos, em que «as atividades de lazer contribuam, no seu conjunto, não só para contrariar as tendências de evasão e demissão cívicas, (...) como ainda para permitir a sobrevivência e/ou afirmação das culturas dominadas (populares ou marginalizadas) e emergentes» (Silva, 2007, p.19). Segundo

o autor este princípio englobava a criação de parcerias de média e longa duração entre as autarquias e organismos de criação, acolhimento e difusão, bem como de programação dos equipamentos e eventos das cidades.

A ligação forte das autarquias com o meio associativo é aparente, dado que «poucos autarcas desvalorizam, quer na prática quer no discurso, uma estreita relação com as associações, (...) a participação das associações é vital para a quase totalidade das políticas municipais» (Silva, 2007, p. 26). Acabam por ser importantes, não só porque são geradoras de grande parte dos eventos, depositárias de tradições e mobilizam público, mas também porque trazem notoriedade e influência para o processo de legitimação política (Silva, 2007).

Metodologia

2.1. Problemática e objetivos

Após as leituras realizadas na fase de análise bibliográfica, que permitiu refletir sobre o objeto de estudo, surgem várias interrogações que poderão sustentar uma investigação.

De um ponto de vista institucional e financeiro, e como foi previamente apontado na Revisão de Literatura, é evidente que a maioria das associações culturais em Portugal que recebem apoios públicos, recebem-nos através das autarquias locais, e que estas, por sua vez, foram ocupando um lugar central nas estruturas e dinâmicas culturais locais, através da gestão dos equipamentos culturais e da afetação de recursos humanos, materiais e financeiros, traduzindo-se numa crescente intervenção municipal no setor cultural.

Com base na pesquisa de Silva, Babo e Guerra (2015), sobre o desenvolvimento de um modelo de análise de políticas culturais a nível local, podemos afirmar que apenas uma análise minuciosa e contextualizada permite compreender a valorização do papel cultural das autarquias, e que somente por meio de uma análise aprofundada de cada município, é possível entender como as autarquias interagem com os atores locais e estabelecem diálogo com os diversos campos culturais. Neste sentido, e de forma a conduzir a investigação, importa elaborar a questão de partida, como primeira etapa recomendada numa investigação em ciências sociais, que deverá ajudar o investigador a exprimir da melhor forma o que ele procura saber (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Foi construída a seguinte pergunta de partida: *Em que medida as associações culturais do município da Amadora intercedem nas políticas culturais autárquicas?*

Esta pergunta central orienta a investigação e abre espaço para a exploração de questões auxiliares. Qual o perfil institucional das associações culturais do município? Até que ponto as associações culturais são relevantes como atores locais, tanto para as próprias associações quanto para a Câmara Municipal? Como podemos caracterizar as políticas culturais e associativas da autarquia? Como podemos descrever o relacionamento entre as associações culturais e o poder local?

Estas questões orientadoras ajudarão a estruturar a investigação de forma a abordar adequadamente a complexa interação entre as associações culturais e o poder local no contexto específico da Amadora, fornecendo *insights* valiosos sobre a dinâmica das políticas culturais a nível municipal.

Assim, esta investigação pretende analisar o campo relacional existente entre as associações culturais - como atores culturais locais - e a Câmara Municipal da Amadora – poder local – e, cumulativamente, a possível cooperação no âmbito das políticas culturais locais desenvolvidas no município. Ao investigarmos a relação entre as associações culturais e o poder local, à luz das questões orientadoras delineadas, estamos também comprometidos em analisar as políticas de natureza associativa implementadas no município da Amadora, sendo uma componente crucial no contexto do relacionamento entre as associações culturais e a Câmara Municipal.

Adicionalmente, não será possível realizar uma análise profunda do campo relacional sem um enquadramento abrangente da política cultural do município, sendo que esta investigação também se concentra em compreender a estrutura e os princípios orientadores das políticas culturais do município.

Por último, é importante caracterizar o perfil institucional das associações culturais do município, pois desempenha um papel fundamental na compreensão de como estas instituições operam e interagem com o poder local. Através dessa caracterização, procuramos avaliar a relevância como atores locais não apenas do ponto de vista das próprias associações, mas também através da autarquia.

2.2. Recolha e análise de dados

Para a concretização da investigação foi escolhida uma abordagem de formato **qualitativo**, não obstante o uso de dados quantitativos no que toca ao enquadramento do município e as suas características orçamentais.

Foi feita uma pesquisa exploratória inicial sobre o objeto de investigação, com a leitura de bibliografia e documentos relacionados com a temática a investigar. Essa etapa permitiu a familiarização com o tema e o aprofundamento de conceitos e estratégias que poderiam ser aplicadas nesta investigação, dado que existirão sempre temáticas semelhantes já tratadas, que nos poderão elucidar (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Na fase subsequente, avançamos para a pesquisa de bibliografia direcionada especificamente para o objeto de estudo. Nesta etapa, procurámos informações sobre a história da Amadora, para obter uma breve contextualização do município.

No plano político, procedemos igualmente à análise de documentos públicos como as atas de reunião de Câmara e as Grandes Opções do Plano e Orçamento (2023). Nesta fase, incluiu-se também uma pesquisa de dados quantitativos de forma a contextualizar o município a nível geográfico, populacional e orçamental.

Na fase de trabalho de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas como elemento de recolha de dados, optando pelo método de observação indireta (Quivy & Campenhoudt, 1998). O método de entrevistas distingue-se normalmente pelo contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores, aplicando um processo de comunicação e interação humana que pode permitir a recolha de informações valiosas (Lofland et al., 2005; Quivy & Campenhoudt, 1998).

A entrevista semiestruturada permite ao investigador conduzir a entrevista com flexibilidade, não descuidando os seus objetivos. O guião (ver anexos I e J), neste caso, serve como um conjunto de perguntas e temas que deverão ser abordados, mas sem uma resposta pré-formatada, ao contrário de um questionário (Boellstorf et al., 2012; Lofland et al., 2005). Optou-se por entrevistar os presidentes de associações culturais com sede no município da Amadora, bem como o Vereador do Pelouro da Cultura. No total, foram realizadas 9 entrevistas, áudio-gravadas⁹, com consentimento verbal prévio dos entrevistados, e transcritas para análise posterior.

2.3. Objeto de estudo e modelo de análise

O trabalho exploratório tem como objetivo elucidar o investigador e guiá-lo em direção a uma problemática apropriada. No entanto explorar por si só não se traduz num projeto de investigação válido e preciso, sendo que é necessário proceder a uma análise minuciosa da informação, que permita a recolha e análise de dados nas fases seguintes.

Com base no trabalho de Quivy & Campenhoudt (2005), desenvolveu-se um modelo aplicado à problemática, no âmbito das ciências sociais, que forneceu um quadro decomposto para uma posterior análise de informação. Neste caso, o modelo de análise «constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro» (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 109). Propôs-se o seguinte modelo analítico (a descrição esquemática mais pormenorizada com os respetivos indicadores pode ser consultada no quadro apresentado no anexo C):

⁹ A entrevista à Presidente da Associação Kimera não se inclui neste grupo devido ao espaço e ambiente que não foram considerados ideais para uma áudio-gravação. A entrevista foi realizada num espaço público, em ambiente informal, com ruído envolvente.



Figura 1: Modelo de análise utilizado na investigação.

Fonte: Autoria própria.

Com base nas contribuições exploradas no capítulo anterior, foi possível estabelecer uma abordagem ao tema de pesquisa. No que diz respeito ao poder local, ficou demonstrado na Revisão de Literatura, que as Juntas de Freguesia operam, frequentemente, dentro do quadro das ações municipais, apesar de se constituírem como entidades apoiantes das associações. Portanto optou-se por concentrar o estudo na Câmara Municipal da Amadora como a entidade representante do poder local neste contexto, com o objetivo de analisar diversos aspetos da política cultural local, incluindo a influência de orientações nacionais para o associativismo, as políticas associativas e culturais desenvolvidas, bem como a visão estratégica no campo cultural. Integram-se nesta dimensão indicadores que possibilitem o levantamento de informações que contribuam para esta análise, como deliberações municipais, regulamentos internos e o próprio discurso político, que poderão incluir os planos de compromissos plurianuais, atas de reunião de Câmara, e outros documentos públicos.

No que diz respeito às associações culturais, a pesquisa concentra-se em duas dimensões analíticas distintas: a dimensão institucional e a dimensão financeira. Na dimensão institucional, o objetivo é identificar as características do tecido associativo cultural, bem como compreender a visão institucional destas entidades. Para isso, serão utilizados indicadores

relacionados com as atividades desenvolvidas e os objetivos das instituições, permitindo uma compreensão mais profunda da dinâmica de funcionamento. Na dimensão financeira, é importante criar um quadro que descreva o financiamento das atividades. Esta análise, considera tanto os apoios externos que essas organizações recebem quanto as verbas que geram internamente. Estes indicadores permitirão uma compreensão abrangente do contexto financeiro em que as associações operam e uma análise de possíveis parcerias neste sentido.

É importante destacar que o objetivo desta pesquisa não se prende com uma análise sociológica abrangente das características do associativismo cultural na Amadora, mas sim traçar um perfil institucional das associações culturais que atuam no município, que permitirá identificar as áreas de atuação das associações no campo cultural e compreender melhor a sua influência nas políticas culturais locais. Adicionalmente, ao traçar o contexto institucional e financeiro das associações culturais, procuramos compreender as políticas associativas desenvolvidas pela autarquia.

A partir das dimensões previamente exploradas, avançamos para o núcleo essencial desta pesquisa, que é profundamente influenciado por essas dimensões: o campo relacional entre a poder local e as associações culturais do município. Nesta etapa, o nosso objetivo principal é analisar a cooperação estabelecida entre ambas as partes, tendo como base as interações, colaborações e parcerias que foram identificadas ao longo do estudo, explorando como essas relações se traduzem nas práticas culturais associativas.

O Município da Amadora

3.1. A evolução demográfica e histórica da Amadora

3.1.1. O panorama espacial e populacional

A Amadora é uma cidade município da Área Metropolitana de Lisboa Norte e abrange seis freguesias: Mina de Água, Encosta do Sol, Falagueira – Venda Nova, Venteira, Águas Livres e Alfragide. O município é limitado pelos concelhos de Odivelas, Oeiras, Lisboa e Sintra (ver anexo D).

Segundo os dados do INE (2021, 2022), a Amadora tem 174 511 pessoas residentes no município, sendo o sexto município mais populoso da área metropolitana de Lisboa e o município com maior densidade populacional em Portugal, com 7 281,6 habitantes por Km². Relativamente às características da população residente, a idade média é de 43,7 anos e a proporção de população estrangeira é de 11,2% (INE, 2021, 2022).

3.1.2. Breve história do município

O município foi criado a 11 de setembro de 1979, estando, até à altura, sob administração da Câmara Municipal de Oeiras com o estatuto de freguesia¹⁰. Foi também, o primeiro município a ser criado após 25 de abril de 1974¹¹.

Os vestígios de ocupação humana do território em que se inscreve o município da Amadora, remontam ao período Paleolítico, com várias estações arqueológicas conhecidas e exploradas atualmente. Há também evidências de ocupações em períodos subseqüentes, como o Neolítico, destacando-se a presença da Necrópole de Carenque, bem como vestígios das eras do Cobre, Bronze e Ferro. Após o período de ocupação romana e árabe, a região foi habitada e explorada por fidalgos e povoações ligadas ao cultivo, aproveitando os terrenos para cultivo (Câmara Municipal da Amadora, 2009).

Durante o séc. XIX, a vertente industrial na região floresceu, acompanhada pela construção de novas estradas e acessos, incluindo a inauguração da linha de caminho-de-ferro para Sintra. Em 1907, por decreto do rei D. Carlos, é determinado que os lugares da Porcalhota,

¹⁰ Desde 1916.

¹¹ Câmara Municipal da Amadora. (s.d.) *Conhecer a Amadora*. Cm- amadora. <https://www.cm-amadora.pt/pt/cultura/conhecer-a-amadora.html>.

Amadora e Venteira, passem a ter denominação comum de Amadora. Com uma crescente importância e desenvolvimento industrial, a Amadora torna-se freguesia em 1916 e é elevada a vila em 1937, acompanhada por uma explosão demográfica que atinge, na década de 1950, a taxa de crescimento demográfico mais elevada da região de Lisboa¹² (Morais, 2009).

A escassez no mercado da habitação e a especulação imobiliária, levaram a um crescimento descontrolado das periferias. Começaram a desenvolver-se bairros clandestinos, constituindo-se um mercado de habitação paralelo, a que a população menos favorecida economicamente tinha acesso (Morais, 2009).

O aumento da população migrante e imigrante, combinado com a escassez de medidas de apoio à integração, resultou na formação de várias associações de bairro focadas na proteção dos direitos do cidadão. A cidade da Amadora, segundo Morais (2009), ao longo da sua história marcada por desafios persistentes, sempre demonstrou um notável espírito associativo, com diversos profissionais a trabalharem empenhadamente no terreno na luta contra a pobreza e exclusão social (Morais, 2009).

3.2. Enquadramento político e o plano estratégico do município

No que toca à estrutura política, a gestão municipal é administrada por um Presidente de Câmara e 10 Vereadores – Câmara Municipal – e 39 deputados municipais – Assembleia Municipal. O cargo de Presidente da Câmara é ocupado por Carla Tavares, reeleita com maioria absoluta nas eleições autárquicas de 2021, pelo Partido Socialista, partido que se encontra no poder desde as eleições autárquicas de 1997¹³. A composição da Câmara engloba 7 vereadores do PS, 3 vereadores da coligação «Dar Voz à Amadora» (PSD/CDS-PP/Aliança/MPT/PDR) e 1 vereador pela CDU¹⁴. Na Assembleia Municipal, o partido mais representado é igualmente o PS, com 15 deputados eleitos e 6 presidentes de Juntas de Freguesia, seguindo-se a coligação «Dar Voz à Amadora», com 9 deputados (7 do PSD e 2 do CDS), a CDU com 4 deputados, o BE e o Chega com 2 respetivamente, e o PAN com 1 deputado¹⁵.

Atualmente, os investimentos na habitação, educação e transportes rodoviários fazem parte dos setores principais de investimento e desenvolvimento, cujos objetivos se prendem

¹² Câmara Municipal da Amadora. (s.d.) *Conhecer a Amadora – crescimento demográfico*. Cm- amadora. <https://www.cm-amadora.pt/pt/cultura/conhecer-a-amadora/773-1950-crescimento-demografico.html>.

¹³ Grupo Marktest. (s.d.) *Resultados Eleitorais Autárquicas – 1997*. Marktest. <https://www.marktest.com/wap/a/p/conc~111500/id~d0/el~19971214.aspx>.

¹⁴ Câmara Municipal da Amadora. (s.d.) *Eleitos 2021-2025*. Cm- amadora. <https://www.cm-amadora.pt/pt/municipio/camara-municipal/eleitos.html>.

¹⁵ Câmara Municipal da Amadora. (s.d.). *Composição da Assembleia Municipal da Amadora*. <https://www.am-amadora.pt/ws/assembleia/a-composicao-da-assembleia#sort=position&sortdir=desc>.

com a melhoria do bem-estar e das condições de vida da população. Segundo as «Grandes Opções do Plano 2023»¹⁶, um dos vetores da atuação municipal passa pelo reforço da coesão social e territorial através do investimento nas políticas sociais, educacionais e habitacionais, mas também através de uma política cultural coerente, «como fator de melhoria da qualidade de vida das pessoas e da dignificação da imagem interior e exterior do Município» (Grandes Opções do Plano 2023, 2022, p. 2). A este vetor acrescentam-se outros três que acabam por definir as principais áreas de atuação municipal para o ano de 2023: o reforço da competitividade do município, consolidando a criação de oportunidades económicas para novas empresas e criação de emprego; a promoção da sustentabilidade ambiental, promovendo políticas ambientais de carácter sustentável; e a modernização do quadro de gestão municipal promovendo a transparência, qualidade dos serviços e aproximação da Câmara com os cidadãos, «aprofundando o significado da democracia participativa» (Grandes Opções do Plano 2023, 2022, p.2)

3.2.1. O panorama cultural do município e as políticas culturais autárquicas

Segundo o Orçamento de 2023, que engloba três planos estratégicos e administrativos, a dotação orçamental definida para o setor da Cultura é de 1.333.841€ - 115.768€ através do Plano Plurianual de Investimentos e 1.218.073€ através do Plano De Ações Municipais 2023. O orçamento anual para o setor cultural corresponde, habitualmente, a cerca de 2% do orçamento global do município (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

Segundo os dados mais recentes do INE, o município apresentou, no ano de 2021, uma despesa em atividades culturais e criativas de 2.900.197 €, um valor inferior ao dos quatro municípios vizinhos, inseridos na Área Metropolitana de Lisboa, tendo em consideração que o município de Lisboa, dadas as suas características, apresenta a despesa mais elevada nesta categoria. No que toca às categorias de despesa, o município da Amadora expendeu 782.451€ em bibliotecas e arquivos e 612.284€ em artes do espetáculo, sendo estas as categorias com valores mais elevados relativamente à despesa total neste setor (ver anexo F) (INE, 2021).

Entre 2018 e 2020, os valores de despesa em atividades culturais e criativas não sofreram alterações significantes, sendo que a maior oscilação se verifica no ano de 2019, em que o município tem uma despesa de 3.523.473€, o valor mais elevado relativamente aos outros anos (ver anexo E) (INE, 2018, 2019, 2020, 2021).

A Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um documento estratégico que define áreas de intervenção prioritárias e que define algumas das iniciativas e

¹⁶ Engloba igualmente o Plano Plurianual de Investimentos 2023 e o Plano de Ações Municipais 2023.

investimentos atuais na área da cultura no município, sendo que a transversalidade das políticas culturais é uma referência no plano cultural. Num território onde as políticas de intervenção urbana têm um grande peso no quadro estratégico municipal, o trabalho em rede «reforça a otimização dos recursos disponíveis (...) que permitirá a obtenção de resultados mais eficientes e sustentáveis» (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d., p.3).

O projeto *Conversas na Rua*, é uma das iniciativas culturais na Câmara na Amadora que remete à transversalidade da estratégia cultural, envolvendo áreas de incidência como o património e a requalificação urbana. O projeto promove, anualmente, intervenções de arte pública mural com o objetivo de estimular a participação, o diálogo, e a reflexão sobre a cidade. É desenvolvido por um conjunto significativo de artistas nacionais e internacionais, e os trabalhos são realizados em diversos locais da cidade, abrangendo as seis freguesias do território municipal¹⁷.

Relativamente a iniciativas de carácter regional com influência local, destaca-se o projeto *Mural 18*, inserido na candidatura ao Programa Cultural em Rede promovido pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, na sequência do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020¹⁸, que contempla comparticipação financeira do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. No âmbito deste projeto, foi desenvolvida uma programação cultural na região metropolitana de Lisboa, com o objetivo de unir agentes culturais, municípios e cidadãos na defesa da comunidade artística e do património cultural, imaterial e material, comum à Área Metropolitana de Lisboa. Desenvolveu-se uma programação exclusivamente dedicada à dança contemporânea, através da realização de um conjunto de espetáculos, ações de formação com a comunidade local e performances artísticas urbanas, em parceria com a associação cultural Quorum Ballet, incidindo no eixo das indústrias culturais e criativas (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

O Amadora BD - Festival Internacional de Banda Desenhada e Imagem, é a marca mais distintiva da cidade, e é considerado um dos festivais internacionais mais emblemáticos na promoção da Nona Arte. É uma iniciativa municipal dedicada à banda desenhada, que incorpora na sua programação oficinas de ateliers temáticos, exposições, sessões de autógrafos e lançamentos de livros com autores nacionais e internacionais. A Bedeteca, situada na Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos, é um dos equipamentos culturais em referência no festival.

¹⁷ Câmara Municipal da Amadora. (s.d.) *Conversas na Rua | A Amadora na Rota da Arte Urbana*. Cm-amadora. <https://www.cm-amadora.pt/pt/2485-conversas-na-rua-a-amadora-na-rota-da-arte-urbana.html>.

¹⁸ Inserido na Estratégia Europa 2020.

Adicionalmente, o município celebrou um acordo de parceria com o Clube Português de Banda Desenhada (CPBD), como parte da sua estratégia de promoção e desenvolvimento da banda desenhada (Ata de reunião da Câmara de 19 de julho de 2023; Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

Ainda na área dos eventos, uma das outras iniciativas é o festival *Amadora Jazz*, que teve no ano de 2023 a 11ª edição. O festival inclui artistas de renome e figuras emergentes e nacionais e é realizado em parceria com a associação coimbrese Jazz ao Centro Clube. Os concertos têm a duração de 5 a 6 dias e são realizados, habitualmente, no auditório de Alfornelos e Recreios da Amadora (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

Relativamente a outras iniciativas culturais do município, vale a pena referir as *Comemorações do 25 de abril de 1974* e o *Aniversário do Município* e o festival *Amadora em Festa*. As comemorações incluem eventos organizados pela Câmara, frequentemente, em parceria diversas instituições locais, inclusive com o movimento associativo. Adicionalmente, O *Prémio Literário Orlando Gonçalves*, o *Prémio Crónica Jornalista Rogério Rodrigues* e o *Prémio José Afonso*, fazem parte de um leque de iniciativas do município, que têm como objetivo incentivar a produção literária, jornalística e musical, contribuindo para a defesa e o enriquecimento da língua portuguesa (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

No que diz respeito à gestão dos equipamentos culturais, o município promove uma programação anual que abrange diversas instalações, tais como o Cineteatro D. João V, os Recreios da Amadora, a Casa Roque Gameiro, a Galeria Municipal Artur Bual/Casa Aprígio Gomes, o Museu Municipal de Arqueologia, o Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, o Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque e o Sítio Arqueológico da Quinta da Bolacha (Câmara Municipal da Amadora, 2009). Vale a pena destacar a Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos, que desempenha um papel importante na oferta cultural do município, organizando atividades regulares, utilizando as suas diversas instalações, como o auditório, espaço de leitura, espaço internet, espaço infantojuvenil, Bedoteca, Fundo de História Local e arquivo fotográfico. As atividades incluem a organização de ciclos de conferências, cursos e seminários temáticos, bem como a apresentação de obras literárias (Câmara Municipal da Amadora, 2019).

Na área do património cultural, a recuperação do Palácio da Lousã, situado na freguesia da Damaia, é um dos exemplos de intervenção municipal. Adquirido em 2003, com o objetivo de assegurar a sua preservação, o imóvel foi reabilitado e reconvertido num centro cultural e espaço de lazer. Ainda na mesma área de intervenção realça-se a aquisição pública da Quinta Assentista, situada na freguesia da Falagueira - Venda Nova e edificada no século XVIII, e a reabilitação do Mercado da Damaia, futuro Mercado das Artes, destinado a receber nas suas

novas instalações a escola de dança da associação cultural Quorum Ballet (Comunicação do Vereador do Pelouro da Cultura, s.d.).

Em suma, o município da Amadora tem vindo a desenvolver estratégias e políticas culturais que visam a promover a diversidade e a acessibilidade à cultura: através da gestão de diversos **equipamentos culturais** com uma programação anual variada, que abrange várias formas de expressão artística e cultural, mas também, através de **políticas culturais transversais**, abordando o património e a urbanização, destacando «uma articulação cultural com outras iniciativas públicas» (Silva et al., 2015). O projeto «Conversas na Rua» é um exemplo concreto dessa abordagem promovendo intervenções de arte pública em toda a cidade, estimulando o diálogo e reflexão sobre o espaço urbano e a comunidade.

A defesa e valorização do património é outra das características do padrão de intervenção autárquico. O município tem procurado preservar o seu **património cultural**, reabilitando edifícios históricos como o Palácio da Lousã e a Quinta Assentista. A reabilitação destes espaços não enriquece apenas a herança cultural da cidade, mas também proporcionam espaços de lazer e centros culturais para a comunidade local.

O evento emblemático, «Amadora – BD», representa outra faceta importante da política cultural local. Esta iniciativa municipal é reconhecida como um dos festivais internacionais mais significativos na promoção da banda desenhada, contribuindo para a construção da imagem identitária do município. Esta iniciativa corresponde ao panorama de intervenção autárquico identificado por Silva (2007), relativamente aos **grandes eventos locais**.

Por último, não podemos deixar de realçar a influência de **orientações externas** à escala nacional, regional e internacional, como a Agenda 2030, que define áreas de intervenção prioritárias em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3.2.2. O Programa de Apoio ao Movimento Associativo na Amadora

O município, a par de muitos outros no país, como mencionado no capítulo anterior, tem um Programa de Apoio ao Movimento Associativo - PAMA, que tem por base a atribuição de apoios financeiros e não financeiros a associações de diversas tipologias¹⁹, através de um procedimento concursal. O PAMA é regido pelo Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo que orienta a atribuição de apoios com a finalidade de promover o desenvolvimento de atividades, projetos ou eventos em áreas de manifesto interesse municipal como a cultura, o desporto, a educação, a juventude e área social. As associações podem candidatar-se apenas a

¹⁹ Associações de natureza cultural, desportivo, juvenil, educativa e social da cidade da Amadora.

uma destas áreas de incidência (Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Alteração, 2020).

O Regulamento do PAMA foi inicialmente publicado em 2011 e posteriormente alterado em 2020. Segundo o próprio documento, esta alteração «resulta da experiência e avaliação na aplicação do instrumento regulamentar, bem como do contributo relativo às preocupações e sugestões que nos têm sido transmitidas pelos beneficiários do Programa» (Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Alteração, 2020, p. 2).

As entidades associativas que pretendam candidatar-se ao PAMA têm de estar obrigatoriamente acreditadas pela Câmara Municipal da Amadora, para além do cumprimento de outros requisitos legais a nível financeiro e jurídico. O processo de acreditação passa pela entrega de documentos no Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo (GAMA), que comprovem o legal funcionamento da associação perante a legislação em vigor. O processo inclui a entrega de cópias de documentos de identificação e estatutos, atas de reuniões da Assembleia-geral, plano de atividades, orçamento, relatório de atividades e contas, entre outros. A fundamentação para este tipo de escrutínio está estabelecida no próprio regulamento do PAMA que, baseado no quadro de princípios de outras entidades públicas administrativas, esclarece as responsabilidades na administração de recursos públicos no que toca à prestação de contas sobre gestão dos bens públicos (Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo – Alteração, 2020).

A análise e apreciação das candidaturas são geridas pelo GAMA, e obedecem a uma listagem de critérios gerais pré-definidos no regulamento. No entanto, a Câmara Municipal da Amadora poderá acrescentar critérios específicos anualmente, para além dos apresentados no regulamento, em função de programas estratégicos orientadores, como é o caso da Agenda 2030 – ODS. Ao GAMA compete, para além da atribuição dos apoios no âmbito do PAMA e articulação entre as associações e a Câmara Municipal, a gestão e atualização dos processos de acreditação, a realização de ações de formação destinadas a dirigentes e técnicos do Movimento Associativo, a divulgação de atividades promovidas pelo movimento associativo, a formalização de instrumentos de cedência de espaços municipais e a gestão dos processos de acreditação²⁰.

²⁰ Câmara Municipal da Amadora. (s.d.) *Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo*. Cm-amadora. <https://www.cm-amadora.pt/pt/movimento-associativo/622-gabinete-de-apoio-ao-movimento-associativo.html>.

CAPÍTULO 4

Análise das entrevistas

Neste capítulo apresentam-se o resultado das entrevistas realizadas aos presidentes das associações culturais abrangidas e ao Vereador do Pelouro da Cultura, Ricardo Miguel Franco Faria²¹.

O levantamento das associações culturais que foram contactadas dividiu-se em três fases: numa primeira fase, recaiu sob as listagens de associações culturais acreditadas junto da Câmara, publicadas no *website* oficial do município²². Numa segunda fase procedeu-se ao levantamento das associações que não se encontravam acreditadas junto da câmara, através de uma pesquisa utilizando a plataforma *google maps*, onde foi possível verificar as associações culturais registadas nesta plataforma e os respetivos contactos e localização. A terceira fase decorreu ao longo das entrevistas, onde foi questionado se existiriam algumas recomendações de possíveis associações culturais não incluídas. As associações Quorum Ballet e Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA, são dois exemplos em consideração, dado que não faziam parte da listagem assumida durante as duas primeiras fases e surgiram por referência nas entrevistas com o Vereador do Pelouro da Cultura e restantes associações. No total, foram contactadas 25 associações, sendo que 8 responderam positivamente à solicitação de entrevista.

As entrevistas decorreram entre maio e setembro de 2023 e tiveram a duração média de cerca de 1 hora, à exceção da entrevista com o Vereador Ricardo Faria que durou cerca de 2 horas. A amostra incluída é representativa das dinâmicas associativas no campo cultural e engloba associações distribuídas por várias freguesias do município (ver anexo G).

Relativamente aos guiões das entrevistas, foram criados dois distintos (ver anexos I e J), um para o Vereador e outro para os presidentes das associações. O guião da entrevista ao Vereador Ricardo Faria foi dividido em três temáticas-chave que permitiram enquadrar as questões a serem colocadas: o percurso profissional individual (Parte I), o plano estratégico da política cultural autárquica (Parte II) e a relação com as associações culturais do município (Parte III).

²¹ O Vereador Ricardo Faria assume, atualmente, os Pelouros da Educação, Cultura e equipamentos culturais, Relações-Públicas e comunicação, Cooperação para o desenvolvimento, e de Desporto, Juventude e Movimento associativo.

²² Câmara Municipal da Amadora. (s.d.). CULTURA - Entidades Acreditadas junto da CMA. https://www.cm-amadora.pt/images/MOVIMENTO_ASSOCIATIVO/PDF/2022/2022_Cultura.pdf.

O guião das entrevistas aos presidentes associativos foi dividido, igualmente, em três temáticas-chave: a caracterização da associação, que inclui a origem da instituição, estratégia e objetivos definidos (Parte I), a associação e as relações com a comunidade, parcerias e financiamento (Parte II) e o relacionamento com instituições do poder local (Parte III).

4.1. Análise de dados

4.1.1. Presidentes das Associações Culturais: Parte I - Caracterização da associação

A maioria das associações culturais incluídas nesta investigação foram criadas formalmente nos últimos 20 anos, à exceção da ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, criada formalmente em 1988, e a Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA, criada em 1878 (ver anexo K).

A ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora surgiu através de um grupo de pessoas que participaram em escavações arqueológicas no território da Amadora. Atualmente, trabalha em parceria com o Museu Municipal da Amadora (Museu de Arqueologia), promovendo a vertente didática e de divulgação do património arqueológico da Amadora.

A Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA, foi outrora um importante polo cultural da região, não só da Amadora, mas de toda a região do distrito de Lisboa, principalmente na área do Teatro de Revista. Nas décadas de 1980 e 1990, passam a dedicar-se maioritariamente a atividades desportivas e sociais. Neste momento, têm como objetivo desenvolver a vertente cultural da instituição, apostando em áreas como o teatro e a música.

A Jubilantstages - Associação desenvolve atividades artísticas e teatrais, com foco na dinamização da educação pela arte, através do trabalho pedagógico com as escolas e comunidades locais.

A Associação Kimera, tem como principais objetivos a promoção da dança e a participação em projetos a nível internacional. Adicionalmente, a associação incentiva à participação da comunidade em diversos convívios em território nacional, que permitem, principalmente aos jovens, conhecer outros territórios, para além do da cidade da Amadora.

O Quorum Ballet desenvolve e promove atividades ligadas à dança e às artes, tanto a nível educacional, através da academia, como a nível profissional através da companhia profissional de ballet que participa em espetáculos a nível nacional e internacional.

A Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora - Uniati, identifica-se como uma universidade sénior, desenvolvendo atividades de natureza científica, cultural, desportiva, social e recreativa, para a terceira idade.

A Associação Cultural VNV - Venda Nova Viva tem como objetivo a promoção das artes e cultura popular através da criação de eventos populares e promoção e divulgação de artistas emergentes de diversas áreas, na sua sede. Adicionalmente, participam e desenvolvem atividades de apoio a projetos de cariz social e educacional.

A Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema - AAESTC, distingue-se das outras associações por estar diretamente ligada à Escola Superior de Teatro e Cinema, ligando a Educação e a Cultura de uma forma evidente. A associação surgiu em função de uma parceria com a Câmara através da Escola, no âmbito do programa de estágios do Mestrado Teatro e Comunidade, desenvolvidos em alguns centros de dia do município e mantém os seus objetivos iniciais que passam por dar apoio às atividades ligadas à escola, inseridas na área de Teatro e Cinema.

Relativamente ao número de associados, a Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA (800 sócios), o Quorum Ballet (200 sócios) e a Associação Cultural VNV – Venda Nova Viva (170 sócios), são as associações que têm maior número de associados. As restantes têm no máximo 100 sócios inscritos (ver anexo K). No entanto, ficou demonstrado nas entrevistas com os dirigentes que os sócios não representam a totalidade de pessoas envolvidas nas atividades realizadas, existindo uma abertura à participação da comunidade em geral.

4.1.2. Presidentes das Associações Culturais: Parte II – A associação e as relações com a comunidade, financiamento e parcerias

Relativamente ao papel das associações na comunidade envolvente é predominante a opinião de que «poderiam fazer mais», sendo que, também neste sentido, poderia existir mais divulgação por parte da Câmara Municipal no meio em que inserem. Adicionalmente, a Associação Kimera e a Jubilantstages – Associação, realçam a necessidade de existir **mais interlocução entre as instituições do poder local, as associações e as demais instituições públicas** de forma a chegar à comunidade.

A proximidade geográfica, relativa ao centro de Lisboa, também foi apontada pela maioria das associações como uma condicionante à dinamização cultural do município. Segundo os entrevistados, oferta cultural lisboeta acaba por absorver grande parte do público local e visitante. No entanto, todas as associações realçaram como positivo o seu papel no campo

cultural, através do desenvolvimento de atividades que vão ao encontro das necessidades culturais do território, maioritariamente através da educação pelas artes.

No que toca ao **financiamento das atividades** desenvolvidas, para além das quotas pagas pelos associados, que assumem em muitos casos «um valor simbólico», todas as associações enaltecem a importância no **estabelecimento de parcerias** com instituições públicas – as escolas, câmara municipais e juntas de freguesia foram bastantes mencionadas – e privadas – empresas, outras associações e apadrinhamentos - a nível local e não só, para o desenvolvimento das suas atividades.

O Quorum Ballet tem um acordo de colaboração estabelecido com a Câmara Municipal, renovável anualmente, onde está estabelecido um valor de financiamento para as atividades. Para além deste apoio a Câmara apoia o Quorum Ballet com a cedência de equipamentos culturais no território do município para o desenvolvimento das suas atividades. Nos últimos anos, a associação contou igualmente com o apoio da DGArtes, no âmbito do Programa de Apoio Sustentado - Dança, no entanto, ficou excluída no procedimento concursal de 2022. Adicionalmente, desenvolvem parcerias com outras instituições públicas em vários municípios nacionais, no âmbito das atividades desenvolvidas através da academia e da companhia de dança.

A Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema - AAESTC trabalha em parceria com instituições locais, através de projetos desenvolvidos pelos alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema e no âmbito de estágios e trabalhos relacionados com a escola. Atualmente, são parceiros do projeto «Se Essa Rua Fosse Minha», financiado pela DGArtes no âmbito do «Programa de Apoio em Parceria - Interculturalidade». O projeto é desenvolvido no Bairro Casal do Silva, e envolve o desenvolvimento social através das artes. Para além do projeto mencionado, mantém uma parceria com a Câmara Municipal da Amadora, no âmbito do projeto «Teatro de Identidades», que tem como objetivo a dinamização da prática teatral entre a população sénior.

As atividades desenvolvidas pela Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora – Uniati são financiadas, maioritariamente, através das quotas pagas pelos associados, diferenciando-se das outras associações neste aspeto. No entanto, a associação conta com parcerias estabelecidas com o Clube de Natação da Amadora e com a RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade. Para o desenvolvimento de atividades de lazer, a associação conta, igualmente, como uma parceria com uma empresa privada.

A associação VNV – Venda Nova Viva mantém uma parceria com a Junta de Freguesia da Falagueira – Venda Nova, estabelecida através de um protocolo, onde estão incluídos apoios financeiros e a utilização do espaço da sede. Para além das atividades desenvolvidas na sua sede,

realiza parcerias com outras instituições locais no âmbito de iniciativas culturais e sociais. Parte do seu trabalho anual é investido no evento «Venda Nova em Festa» que decorre ao longo de três dias, todos os anos, na freguesia da Falagueira – Venda Nova. O evento conta com o financiamento maioritariamente de empresas locais.

A ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, desenvolve um trabalho colaborativo com o Museu Municipal através de um protocolo estabelecido, sendo que a maioria das atividades que desenvolve são financiadas pela Câmara através do Museu. Adicionalmente, conta com apoio financeiro através do PAMA e beneficia da cedência do espaço (Núcleo Museológico do Moinho do Penedo) para a sua sede.

A Jubilantstages - Associação conduz as suas atividades através de colaborações com outros municípios (Loures, Odivelas e Sintra). Adicionalmente, mantém parcerias com a associação Filhos do Lumière e o Alto Comissariado para as Migrações em Portugal. Localmente, mantém uma parceria com a Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA na área do teatro e conta com o apoio de uma empresa privada local para a utilização do espaço onde se encontra a sede. Conta, igualmente, com apoio financeiro da Câmara através do PAMA.

A Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA, apesar da sua história no campo do teatro e da música, acabou por se tornar uma instituição maioritariamente dedicada a serviços de cariz social (com estatuto de IPSS) e educacionais, sendo que dentro deste último mantém uma parceria com a Câmara Municipal. Adicionalmente, desenvolve atividade desportivas com o apoio do PAMA e apoios pontuais da Junta de Freguesia. No campo cultural, mantém uma parceria para o desenvolvimento de atividades teatrais, com a Jubilantstages – Associação, como mencionado anteriormente.

A associação Kimera desenvolve as suas atividades através de parcerias com outras instituições associativas e apadrinhamentos. As parcerias envolvem instituições e projetos internacionais, dando como exemplo a parceria estabelecida com a Companhia de Dança DK-BEL no âmbito dos projetos «En Place» e «Beaming Project», financiados pelo programa Erasmus +.

4.1.3. Presidentes das Associações Culturais: Parte III – Relacionamento com as instituições do poder local

A relação das associações culturais e as entidades do poder local não pode ser categorizada de uma forma uniforme, uma vez que, assume diversos tipos e níveis de relacionamento, tanto com a Câmara quanto com as Juntas de Freguesia. Com base nos resultados das entrevistas realizadas, fica evidente que as **juntas de freguesia não desempenham um papel dominante**

como parceiras das associações culturais do território da Amadora. No entanto, uma exceção é a Associação VNV - Venda Nova Viva, que demonstrou ter uma relação positiva com a Junta de Freguesia da Falagueira-Venda Nova, refletida em apoios específicos e na celebração de um protocolo de colaboração para o desenvolvimento de atividades culturais. A Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Artístico da Amadora - SFRAA, mantém um relacionamento com a Junta de Freguesia, apenas para o desenvolvimento de atividades desportivas, através de apoios pontuais, e um acordo de colaboração com a Câmara na área da educação, para a gestão de atividades curriculares e extracurriculares nas escolas do município. Dado que as atividades mencionadas não são de natureza cultural, nem incidem sob o campo cultural do município, não iremos considerar na análise deste indicador em específico. No entanto realçamos que a própria natureza da associação é mais direcionada para o desenvolvimento de atividades de cariz social, educativo e desportivo, o que se deverá ter em consideração.

Das entrevistas realizadas, e conforme demonstrado anteriormente, confirmamos que as associações ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, e Quorum Ballet e a Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema – AAESTC mantêm uma parceria com a Câmara Municipal através de acordos de colaboração. No geral, estas associações definem o seu **relacionamento com a Câmara como positivo**, no entanto, o presidente da ARQA – Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, salienta que poderia existir uma relação de mais proximidade referindo que

«não procuram (a Câmara), se calhar, fazer outro tipo de crescimento, na relação pessoal com a associação» [Entrevista ao Presidente da ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, realizada a 02 de junho de 2023]

As demais associações entrevistadas, apesar de terem tomado diligências no sentido de criarem um relacionamento de cooperação com a Câmara, maioritariamente, através de contactos via email, não foram bem-sucedidas. A Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora – Uniati, refere as suas limitações contratuais relativamente ao espaço da sede, como uma das barreiras no que toca ao estabelecimento de um relacionamento com a Câmara da Amadora, impedindo a acreditação da associação junto desta, e impedindo, igualmente, a candidatura ao PAMA. A Jubilantstages – Associação refere que existe uma **dinâmica fechada e circunscrita entre a Câmara Municipal e as associações com as quais mantém uma parceria**, referindo a necessidade de uma maior abertura:

«Tem sido muito complicado cativar a parceria da Câmara da Amadora e fazer com que no fundo a Câmara fosse nossa interlocutora junto das escolas. Nós fazemos *n* espetáculos durante o ano,

em Sintra, Cascais, Oeiras, Lisboa e aqui tem sido muito difícil (...) A Câmara trabalha com meia dúzia identidades e está muito fechada nessas entidades (...) independentemente da qualidade, que não está em causa sequer» [Entrevista ao Presidente da Jubilantstages-Associação, realizada a 15 de junho de 2023]

Relativamente à questão sobre as vantagens e desvantagens de uma parceria com instituições do poder local (ou possível parceria), todas as associações destacaram os benefícios, que incluem apoio financeiro, a disponibilização de instalações culturais, bem como a possibilidade de dinamização da oferta cultural do município através do associativismo cultural. A Associação Kimera, além desses pontos, também menciona

«um maior apoio (às associações) a nível de recursos humanos, com uma equipa mais especializada e transversal» [Entrevista à Presidente da Associação Kimera, realizada a 09 de junho de 2023]

No que toca às possíveis desvantagens de uma parceria com instituições do poder local (associações que já mantêm uma parceria), constatou-se que as opiniões diferem consoante o tipo de relacionamento e natureza da associação. No caso da ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, dada a sua natureza e a sua relação com o Museu Municipal, afirma o presidente que «pode ser redutor para a associação estar cingida ao espaço da Amadora» e «a associação dilui-se com o trabalho do museu». Já o Quorum Ballet menciona o facto destas instituições serem muito burocráticas no seu funcionamento, dificultando os processos de colaboração, referindo que

«com os parceiros nossos que não sejam estatais as coisas são muita mais ágeis e muito mais fáceis de trabalhar (...) Quando estamos a falar da Câmara Municipal e do Estado é muito difícil» [Entrevista ao Presidente do Quorum Ballet, realizada a 26 de julho de 2023]

O presidente da Associação VNV - Venda Nova Viva, relativamente à relação que a associação mantém com a Junta de Freguesia, refere o possível condicionamento do discurso das direções associativas em prol do relacionamento com as instituições do poder local.

«Uma relação com a Junta de Freguesia também é política. (...) obviamente se eles vêm que há uma força, uma associação com força que mexe com muita gente e impacta com muita gente, se nós falamos bem da Junta de Freguesia claramente iremos influenciar as urnas quando chegar a altura (...) A nossa opinião pública, sinto que fica um bocadinho condicionada, ou seja, não é condicionada por eles, mas é quase um autoquestionamento que quem está cá faz com algum receio prejudicar uma relação que é bastante interessante e benéfica» [Entrevista ao Presidente da Associação VNV – Venda Nova Viva, realizada a 31 de maio de 2023]

No que diz respeito ao **PAMA**, os presidentes das associações destacam que os valores atribuídos são considerados insuficientes frequentemente, dada a natureza das atividades que realizam. Acrescentam ainda que o processo de candidatura é burocrático e requer um investimento de tempo significativo. Adicionalmente, o presidente da Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA, refere que o programa «não está adequado aos dias de hoje» dado que não financia associações que desenvolvem atividades num formato transversal, tocando em várias áreas, uma das características desta associação e uma característica cada vez mais comum no panorama associativo.

«não tem (o PAMA) a transversalidade que devia ter (...) em coletividades como nós que tocamos muitas áreas ficamos sempre prejudicados, temos de escolher aquela que, eventualmente, vamos conseguir tirar mais partido» [Entrevista ao Presidente da Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora- SFRAA, realizada a 26 de setembro de 2023]

No que concerne à pergunta sobre a opinião dos entrevistados acerca das políticas culturais implementadas no município da Amadora, a opinião predominante é positiva. Os entrevistados destacam que o município tem uma abordagem voltada para a «inclusão e diversidade cultural», e promoção de «projetos de conscientização». No entanto, há a observação comum de que atualmente existe uma carência de instalações culturais dedicadas exclusivamente às atividades culturais e artísticas. A Jubilantstages – Associação também menciona que a Câmara Municipal concentra os seus esforços em grandes eventos, mas carece de uma oferta cultural regular mais ampla, além de políticas que incentivem maior envolvimento da comunidade.

4.1.4. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte I – Percurso profissional individual

Relativamente ao percurso profissional do Vereador Ricardo Faria, destaca-se o facto de se encontrar profissionalmente ligado à Câmara Municipal da Amadora desde 2002, inicialmente como Adjunto de Vereação, e posteriormente, desempenhou os cargos de Adjunto da Presidente da Câmara e de Chefe de Gabinete da Presidente da Câmara.

Desde outubro de 2021 assume os pelouros da Educação, Cultura e equipamentos culturais, Relações-Públicas e comunicação, Cooperação para o desenvolvimento, Desporto, Juventude e Movimento associativo.

4.1.5. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte II – Plano estratégico da política cultural autárquica

Questionado sobre a estratégia atual do município para a Cultura, o Vereador menciona que passa por dar continuidade ao projeto político e cultural que o Partido Socialista tem para a cidade, não existindo nenhuma rutura nos últimos anos, mesmo com alteração dos Vereadores, referindo que

«é um processo muito tranquilo, muito estável. (...) as grandes iniciativas mantêm-se e, eventualmente, uma perspetiva ou outra para o futuro que estamos a trabalhar» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Adicionalmente, o Vereador expressou a intenção de

«manter uma oferta cultural de qualidade e diversificada, respeitando a memória do território e explorando a própria dinâmica do município» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Como exemplos concretos mencionou, no contexto de arte urbana, os projetos «Mapa do Graffiti» e «Conversas na Rua», que refletem o compromisso de adaptar as políticas culturais à realidade social do município, levando em consideração a sua diversidade e as necessidades da comunidade, afirmando que tentam

«replicar em todas as áreas do município, na cultura em particular, aquele que é o espelho também da cidade na sua diversidade, tentar responder a todos os públicos» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Indo ao encontro do que foi destacado nas entrevistas com as associações, o Vereador enfatiza que o território da Amadora está inserido numa região onde a oferta cultural dos municípios vizinhos é bastante robusta, especialmente o município de Lisboa. Portanto, existe um foco estratégico em identificar e desenvolver projetos que podem tornar o município único e diferenciado em termos culturais.

A questão orçamental também é revelada como uma preocupação que afeta a orientação estratégica do município para o setor da Cultura. O município tem como fonte de receita, exclusivamente, os impostos dos habitantes da Amadora e o Orçamento do Estado.

«Nós queremos sempre fazer mais, se pudesse fazia muito mais, tinha muitos mais concertos, tinha muito mais exposições, dava muito mais apoio à dança, ao teatro e por aí fora, mas a verdade é que tendo em conta que a capacidade orçamental não vai aumentando muito, há aqui uma gestão muito pontual e se quisermos fazer alguma alteração, temos que ter presente que

se calhar temos de deixar cair alguma iniciativa para poder fazer outra» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Essa **limitação orçamental** é agravada pela necessidade de o município focar os seus recursos e esforços em áreas consideradas prioritárias e urgentes, como a habitação, que enfrenta desafios significativos. Além disso, grande parte dos investimentos são direcionados para melhorias no espaço público, nas infraestruturas rodoviárias, e para a área da educação, o que limita ainda mais os recursos disponíveis para a Cultura e para a concretização de políticas culturais.

«é uma cidade muito recente, que quando foi criada, herdou um conjunto de fragilidades que têm sido resolvidas ao longo dos anos (...) que inviabiliza que possa chegar mais qualquer coisa à cultura, ao desporto e outras áreas» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

A necessidade de alocar recursos em áreas prioritárias não implica, no entanto, um trabalho completamente restrito em outras áreas. É dado o exemplo da requalificação do território na década de 1990, através de programas comunitários, assim como o Programa Integrado da Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL), nos quais a Câmara Municipal interveio na requalificação do espaço público, também com projetos sociais e culturais, evidenciando uma abordagem multidimensional.

«Houve aqui muita intervenção interligada, interdimensional, não só na reabilitação de um espaço público em contínuo. Por exemplo, na Brandoa, na Encosta do Sol, no âmbito do PROQUAL, há o Fórum Luís de Camões, o Mercado, a Junta de Freguesia e a Casa da Juventude. Por isso, há um conjunto de equipamentos novos, por isso todo o espaço reabilitado, mas também trouxe algumas iniciativas também para os jovens, para os idosos, e por isso houve aqui várias intervenções em camadas» [Adjunta Pessoal do Vereador, Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Quanto à **influência de orientações externas e políticas culturais nacionais, no âmbito local**, a Adjunta Pessoal do Vereador menciona o facto de que estas políticas desempenham um papel disciplinador e promovem o trabalho colaborativo e em rede, dado que

«do ponto de vista da estratégia nacional, todas as ferramentas, todos os instrumentos, apontam para trabalho colaborativo, trabalho em rede, celebração de novas parcerias, como o ODS 17» [Adjunta Pessoal do Vereador, Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

São importantes também no sentido de possibilitarem a celebração de acordos de parceria e acordos tripartidos, dando o exemplo dos acordos estabelecidos entre os criadores

locais e a DGArtes, envolvendo o município. Neste âmbito, destacou-se a Agenda 2030 e a Carta de Intenções para a Cultura da Área Metropolitana de Lisboa, que se encontra ainda numa fase inicial, para além da influência da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

No que se refere à questão sobre as **parcerias desenvolvidas pela Câmara Municipal**, de acordo com informações fornecidas pela Adjunta Pessoal do Vereador, tem-se notado uma nova dinâmica emergente nos municípios portugueses, caracterizada pela realização de novas parcerias.

«Também está a ser interessante verificar que os municípios e os organismos acabam por ter aqui a celebração de novas parcerias, não só com os criadores, seja na área do teatro ou da música. Por isso, nós programamos e vamos ao encontro dos criadores nas diferentes vertentes e depois com a academia, com as universidades, com as empresas, por isso há aqui já aqui um conjunto de parcerias» [Adjunta Pessoal do Vereador, Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

A **iniciativa cultural** do município, de acordo com informações do Vereador, envolve um conjunto de atores diversificados e, sempre que possível, o movimento associativo local. A título de exemplo, destacam-se as «Festas da Cidade», que abrangem a cultura popular, como o Dia do Alentejo, com o Cante Alentejano (Património Imaterial da Cidade da Amadora). As associações/instituições que participam em atividades desenvolvidas pela Câmara, podem receber um apoio financeiro específico para as suas participações ou têm a oportunidade de contribuir com projetos que já desenvolveram, com o intuito de aumentar a sua visibilidade. Essa relação de colaboração estende-se a eventos de iniciativa associativa, como o «Festival de Concertina», onde a organização do evento é fruto de uma parceria entre as associações/instituições e a Câmara Municipal. Neste caso, a Câmara assume a responsabilidade pela logística e oferece apoio.

«estão todos organizados em diversas quantidades e depois são chamados a contribuir, por exemplo, nas Festas da Cidade ou noutro momento que seja necessário durante o ano (...) eles próprios também desenvolvem as atividades deles, gostam de fazer o seu Festival de Concertina, o Festival do Reis e nós também participamos e ajudamos (...)» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Quanto à **iniciativa cultural que recebe mais investimento**, o Vereador menciona o evento anual relacionado com a banda desenhada, conhecido como «Amadora BD». Este evento desempenha um papel significativo na identidade da cidade e conta com a parceria do Clube Português de Banda Desenhada.

4.1.6. Vereador do Pelouro da Cultura: Parte III - Relação com as associações culturais

Relativamente à questão sobre o **relacionamento da Câmara com as associações culturais** do município, é destacado o bom relacionamento institucional estabelecido, salientando, no entanto, uma limitação orçamental no que toca aos apoios atribuídos.

«Eu acho que é excelente, é assim do nosso ponto de vista, de muita proximidade, sempre muito presentes, tanto eles connosco como nós com eles. Obviamente que entrevistando as instituições locais que desenvolvem a sua atividade, eles com certeza vão ser unânimes em dizer para «nós precisávamos de mais ajuda da Câmara». E nós admitimos que é muito possível que sim. Mas a verdade é que depois, no meio disto tudo, por meio do orçamento também não podemos ir muito mais além, portanto, vamos colaborando na medida do que são as nossas possibilidades» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

A Câmara tem o levantamento das associações culturais que se encontram acreditadas, um requisito legal para serem reconhecidas por esta. No entanto, não tem o conhecimento do número total de associações (culturais e outras) existentes no território. Refere o Vereador que

«pode haver instituições que não querem (...), nós sabemos que há uma ou outra instituição, que não quer mandar para cá quem são os órgãos sociais, não tem organizado os planos de atividades, orçamentos, que são documentos essenciais para poderem beneficiar de apoio público, e portanto, acabam não acabam por não ver o reconhecimento do município (...) Há um reconhecimento do ponto de vista burocrático que é pesado e algumas não estão para isso» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

No que diz respeito aos **acordos de colaboração**, as cooperações formais que contemplam apoios financeiros da Câmara são estabelecidas apenas com instituições sem fins lucrativos. Na área da Cultura o Vereador menciona a parceria com o Quorum Ballet, que se concentra na área da dança e recebe financiamento anual da Câmara. Além disso, as estreias de novos espetáculos do Quorum Ballet são realizadas no município, utilizando os equipamentos existentes.

Na esfera do teatro, existem acordos com o Teatro das Aloés e o Teatro Passagem de Nível, seguindo um modelo semelhante, e na área da música, a colaboração envolve a Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora - SFCIA, que é a única orquestra do município. A Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora - SFCIA realiza aproximadamente 3 a 4 concertos por ano em datas significativas, como o Ano Novo.

Relativamente ao **PAMA**, este serve como um mecanismo de apoio ao movimento associativo que pode assumir a vertente de apoio às atividades ou de investimento, que pode envolver obras de requalificação, equipamentos vários, viaturas, e outros, em que o município cativeira a verba, e após as instituições realizarem o investimento a Câmara transfere a verba. As

associações recebem apoios diferenciados conforme uma ponderação onde «nem todas recebem a mesma coisa, há instituições que recebem 20.000€ e outras que podem receber 2.000€», dependendo do tipo de atividades, da despesa com as atividades e do valor do investimento. Na divulgação das atividades desenvolvidas, as associações que recebem financiamento do PAMA, deverão colocar a marca do município. No total são distribuídos, dentro do PAMA, cerca de 300.000€ anuais, em todas as áreas.

Como vantagens do PAMA, o Vereador identifica que o programa disciplina as atribuições dos apoios, servindo como um mecanismo de transparência, dado que

«não há interferência política nos valores, quando nos chega aqui para preparar a proposta para a reunião de Câmara está fechado. (...) entregam tudo corretamente, está tudo bem feito, têm todos documentos, e é aplicada uma fórmula, dá um valor, é isso que recebem» [Entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura, realizada a 16 de junho de 2023]

Para as associações, o PAMA é um apoio financeiro dado que «quase todas as associações têm a suas dificuldades».

4.1.7. Interpretação final às entrevistas

Através da análise das entrevistas realizadas aos presidentes das associações e aos representantes do Pelouro da Cultura, o Vereador e Adjunta Pessoal do Vereador, foi possível estabelecer comparações, identificar pontos de concordância e discordância, e obter uma compreensão mais profunda do papel do associativismo cultural no conjunto de políticas culturais do município.

No que diz respeito ao quadro institucional das associações entrevistadas, observamos uma versatilidade no movimento associativo cultural do município da Amadora. As associações apostam no desenvolvimento de atividades em diversas áreas do campo cultural e não só, com objetivos distintos. Muitas delas operam de forma transversal, atuando em áreas que abrangem o campo social, o recreativo e o educacional. Essa diversidade de atuação está alinhada com o que foi mencionado por Neves et al. (2023), que destacou o facto de as associações culturais frequentemente combinarem atividades culturais com outras de natureza diferente.

É relevante notar que a maioria das associações culturais entrevistadas foram constituídas nos últimos 20 anos. Isso contrasta com a tendência mencionada por Leitão (2009), que apontou que cerca de metade das associações em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974. Este facto demonstra que no município da Amadora, a iniciativa associativa manteve-se dinâmica e ativa ao longo do tempo.

Relativamente à oferta cultural do município, há um consenso entre os presidentes das associações e a Vereação do Pelouro da Cultura, no que toca ao condicionamento da procura

do público local e visitante devido à localização geográfica da Amadora. A proximidade a Lisboa, segundo os entrevistados, oferece um contexto desafiante na dinâmica cultural local. Como estratégia para enfrentar esse desafio, o Vereador menciona que o município está focado no desenvolvimento de projetos que possam distinguir a Amadora, além de manter uma oferta cultural diversificada que visa atender a uma ampla tipologia de públicos, tanto locais quanto visitantes.

Alinhada com essa estratégia está a colaboração entre a Câmara Municipal e o movimento associativo no âmbito das iniciativas culturais. Isso é evidenciado por eventos como as «Festas da Cidade», de iniciativa camarária, e eventos como o «Festival de Concertinas», de iniciativa associativa.

Vale a pena realçar também o grande evento «Amadora – BD», que recebe um investimento significativo por parte da Câmara. Esta iniciativa não faz apenas parte da identidade do município, mas, como destacado anteriormente por Silva (2007), representa um recurso simbólico para a visibilidade e marketing da cidade.

A estratégia cultural do município também é fortemente moldada pelo seu quadro orçamental dedicado à cultura. No que diz respeito a esta questão, o município direciona grande parte dos seus recursos e esforços para áreas consideradas prioritárias, como a habitação (não esquecendo o facto de que a Amadora é o município com maior densidade populacional do país), requalificação do espaço público, infraestruturas viárias, educação e bem-estar social. Neste contexto, a estratégia cultural assume uma abordagem transversal, integrando-se em políticas de reabilitação do espaço público, por exemplo, através da criação de novos equipamentos culturais. A influência de orientações externas para o setor da Cultura, sejam regionais, nacionais ou internacionais, também desempenha um papel significativo na estratégia cultural do município que se reflete na procura de novas parcerias e promoção do trabalho em rede, englobando também o movimento associativo.

Na perspectiva das associações, estabelecer uma parceria com a Câmara para a dinamização cultural do município é vista como benéfica. No entanto, no que toca à relação entre as associações e o poder local, as opiniões divergem. A Vereação da Cultura e as associações culturais que mantêm uma parceria formal com a Câmara ou com a Junta de Freguesia, destacam o bom relacionamento estabelecido. Por outro lado, as associações que não mantêm parceria com o poder local, seja devido à ausência de resposta, como no caso da Jubilantstages – Associação e Associação Kimera, ou devido ao quadro institucional, como no caso da Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora – Uniati, destacam as dificuldades encontradas em estabelecer essa colaboração.

Um caso excepcional é o da Associação VNV – Venda Nova Viva, que mantém um relacionamento positivo com a Junta de Freguesia, mas não tem uma colaboração estabelecida com a Câmara Municipal. É importante observar que este caso é excepcional em dois sentidos: não apenas por ser a única associação, dentro do leque das abrangidas neste estudo, que mantém uma parceria com a Junta de Freguesia para o desenvolvimento de atividades culturais, mas também porque, como foi apresentado por Silva (2007), as Juntas de Freguesia desempenham um papel relevante no apoio às associações, o que não é o padrão geral para o movimento associativo cultural na Amadora, conforme evidenciado na amostra de associações incluídas nesta pesquisa.

Adicionalmente, é igualmente importante destacar a existência de duas formas distintas de apoio e já mencionadas: o PAMA (Câmara Municipal) e os acordos de colaboração (Câmara Municipal e Junta de Freguesia). Duas das associações entrevistadas recebem apoio através do PAMA, ao passo que três delas mantêm acordos de colaboração com instituições poder local, no âmbito cultural. É relevante notar que esses acordos são normalmente renovados anualmente, com exceção da Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema – AAESTC, que renova a cada dois anos. A ARQA – Associação de Arqueologia, por exemplo, recebe apoio do PAMA e mantém um acordo de colaboração com a Câmara Municipal.

O PAMA é um programa de apoio direcionado exclusivamente ao movimento associativo, seguindo um formato subsidiário, com candidatura anual, critérios pré-definidos e é gerido pelo GAMA. Este programa não implica uma cooperação direta entre as associações e a Câmara Municipal. Em vez disso, fornece subsídios às associações para atividades desenvolvidas por elas próprias.

Por outro lado, os acordos de colaboração, representam mecanismos de cooperação entre a Câmara e as associações e tendem a ter uma duração de médio a longo prazo. Os projetos e iniciativas culturais continuam a ser liderados pelas associações, mas assumem um plano municipal que envolve uma maior divulgação e interação com a Câmara.

CONCLUSÃO

O município da Amadora, localizado na região da Área Metropolitana de Lisboa, é um território na periferia suburbana que enfrenta diversos desafios. Embora seja considerada uma cidade-dormitório, a Amadora está empenhada em superar essa percepção. Os desafios que enfrenta, longe de serem obstáculos intransponíveis, são oportunidades para esta cidade demonstrar a sua resiliência e singularidade. É um local que se reinventa e evolui, apesar das adversidades. Ao longo da sua história, marcada por desafios persistentes, a Amadora sempre se destacou pelo seu notável espírito associativo. Muitos profissionais dedicaram-se incansavelmente no terreno, lutando contra a pobreza e a exclusão social, maioritariamente através de associações de bairro. Este espírito associativo continua a ser uma força motriz na Amadora, moldando a sua identidade e impulsionando iniciativas que visam enfrentar os desafios atuais. Em particular, as associações culturais desempenham um papel importante na construção de uma comunidade resiliente e singular, contribuindo para a promoção da cultura e da coesão social do município.

O objetivo desta investigação foi analisar o campo relacional existente entre as associações culturais - como atores culturais locais - e a Câmara Municipal da Amadora – poder local – e, cumulativamente, a possível cooperação no âmbito das políticas culturais locais desenvolvidas no município. Para isso tivemos em consideração as políticas de natureza associativa implementadas no município da Amadora, bem como um enquadramento abrangente da política cultural do município. Para compreender como as associações operam e interagem com o poder local, foi igualmente importante caracterizar o perfil institucional e financeiro, assim como avaliar a sua relevância como atores locais não apenas do ponto de vista das próprias associações, mas também da perspetiva do poder local.

Partindo de um estudo de carácter qualitativo realizado por meio de entrevistas com os presidentes das associações culturais do município e os representantes da Vereação da Cultura, foi possível responder às principais questões delineadas. Foi enriquecedor verificar que todos os envolvidos demonstraram total disponibilidade em colaborar neste estudo em prol da Cultura, trazendo valiosos contributos para esta investigação.

Ao abordar as principais conclusões deste trabalho, recuperamos as questões orientadoras delineadas previamente e apresentamos as respostas correspondentes:

- *Qual o perfil institucional das associações culturais do município?*

É importante destacar que a maioria das associações entrevistadas foi fundada nos últimos 20 anos. Este facto demonstra que, no município da Amadora, a iniciativa associativa se manteve dinâmica e ativa ao longo do tempo, refletindo a vitalidade contínua deste setor.

No que diz respeito às áreas de atuação das associações, observa-se uma notável versatilidade no movimento associativo cultural do município da Amadora. As instituições apostam no desenvolvimento de atividades em diversas áreas do campo cultural, abrangendo desde o património, dança, teatro, cinema até atividades recreativas e de lazer. Têm objetivos distintos entre si, sendo que grande parte aposta na educação pelas artes através do desenvolvimento de um trabalho pedagógico com a comunidade, não se limitando apenas ao território da Amadora. Além disso, muitas delas operam de forma transversal, estendendo as suas atividades para além do campo cultural, incluindo as ações no âmbito social, refletindo assim a diversidade do panorama associativo no contexto português.

- *Até que ponto as associações culturais são relevantes como atores locais, tanto para as próprias associações quanto para a Câmara Municipal?*

As associações culturais desempenham um papel de grande relevância como atores locais no cenário cultural do município da Amadora, dado que contribuem significativamente para a dinâmica cultural da região, não apenas por meio das atividades culturais regulares e diversificadas que oferecem à comunidade, mas também desempenham um papel vital na promoção da intervenção social pelas artes, que é exemplificado de forma notável pelo projeto «Se essa rua fosse minha», desenvolvido pela Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema – AAESTC, em colaboração com DGArtes. Esta perspetiva de importância é compartilhada tanto pelas próprias associações quanto pela Câmara. No entanto, todas as associações envolvidas neste estudo sentem que ainda há margem para aumentar o seu impacto no campo cultural e no desenvolvimento comunitário. Para isso, destacam a necessidade de mais financiamento e de uma colaboração mais estreita com o poder local, que irá permitir um cenário de interlocução mais favorável com outras instituições públicas e com a comunidade em geral. Portanto, embora desempenhem um papel relevante, há um desejo comum de fortalecer ainda mais o envolvimento das associações culturais no panorama cultural e no desenvolvimento local.

- *Como podemos caracterizar as políticas culturais e associativas da autarquia?*

As políticas culturais desenvolvidas no município da Amadora, refletem os desafios que o próprio território enfrenta, juntamente com as limitações orçamentais. Do ponto de vista estratégico, adotam uma abordagem transversal, abrangendo áreas de atuação prioritárias, como o desenvolvimento do espaço urbano e o bem-estar social da comunidade. A influência de orientações externas no campo cultural também desempenha um papel significativo na estratégia cultural do município, evidenciando-se na procura de novas parcerias e promoção do trabalho em rede.

No entanto, no contexto das intervenções autárquicas delineadas na Revisão de Literatura, é possível perceber que o município concentra os seus esforços no campo cultural, em áreas de atuação predominantes, que abrangem o investimento na formação de públicos locais, a gestão de equipamentos culturais e a preservação e promoção do património. Estas áreas refletem as prioridades da administração municipal nas suas políticas culturais.

No âmbito dos «grandes eventos», a dimensão cultural do município ganha destaque através do *Amadora BD*, o evento que absorve mais investimento entre as iniciativas culturais promovidas pela Câmara. Esta iniciativa, que está intrinsecamente ligada à imagem identitária do município, procura alcançar visibilidade e projeção além das fronteiras do município, destacando-se a nível regional, nacional e internacional.

Adicionalmente, no contexto das iniciativas culturais, o município está empenhado em desenvolver uma oferta cultural diversificada que visa atender diferentes tipos de público, tanto residentes locais quanto visitantes. Essa abordagem reflete-se numa programação cultural regular, que abrange áreas como dança e do teatro, bem como a realização de eventos anuais na área da música, como o *Amadora em Festa* com concertos ao ar livre, e o *Amadora Jazz* que inclui vários concertos nos equipamentos culturais do município.

No que diz respeito às políticas associativas culturais, podemos identificar duas vertentes operacionais distintas. Uma delas através do Programa de Apoio ao Movimento Associativo – PAMA, enquanto a outra envolve acordos de colaboração. Ambas têm como objetivo fundamental apoiar as associações, no entanto com diferentes abordagens e objetivos.

O PAMA é um programa de apoio direcionado ao movimento associativo, abrangendo uma variedade de tipologias de associações. Opera sob um formato subsidiário, com candidatura anuais e critérios pré-definidos, sendo administrado pelo Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo. O programa não implica uma cooperação direta entre as associações e a Câmara Municipal. Em vez disso, disponibiliza subsídios às associações para financiar as atividades que elas próprias desenvolvem.

Apesar de ser um mecanismo de apoio financeiro necessário dentro do panorama associativo municipal, os presidentes das associações entrevistadas apontam que o programa contempla valores insuficientes tendo em conta as atividades desenvolvidas. Adicionalmente, é importante observar que o regulamento limita as associações a candidatarem-se apenas a uma única área específica de atuação. Considerando a natureza cada vez mais diversificada das associações, questiona-se se o programa está adequadamente ajustado às necessidades associativas.

Por outro lado, os acordos de colaboração, constituem mecanismos de colaboração entre a Câmara Municipal e as associações, com tendência a estender-se a médio e longo prazo. Neste modelo, os projetos e iniciativas culturais e de outra natureza, continuam a ser conduzidos pelas associações, mas ganham uma dimensão municipal, que implica uma maior visibilidade e interação com a Câmara Municipal. A título de exemplo, e como foi demonstrado previamente, os projetos desenvolvidos pelas associações entrevistadas, como o «Teatro de Identidades» da Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema - AEESTC, os projetos da ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora, na área do património, intimamente ligados ao Museu Municipal, e a dinamização cultural dos equipamentos municipais pelo Quorum Ballet, fazem todos parte de uma cooperação com a Câmara Municipal por meio de acordos de colaboração.

- *Como podemos descrever o relacionamento entre as associações culturais e o poder local?*

Concluído este estudo, podemos afirmar que a relação estabelecida entre as associações e o poder local não é uniforme. A Câmara Municipal emerge como um dos principais parceiros das instituições associativas, refletindo a realidade do panorama associativo português. No entanto, as juntas de freguesia, que geralmente seriam consideradas a segunda instituição parceira, não desempenham um papel relevante na colaboração com as associações entrevistadas.

As associações que mantêm parcerias com a Câmara Municipal geralmente têm um relacionamento positivo com a autarquia, destacando-se através dos acordos de colaboração. Por outro lado, várias associações que não possuem qualquer tipo de vínculo com a Câmara ou, quando o têm, limita-se ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo (PAMA), que reflete uma abordagem mais assistencialista do que de cooperação.

Neste contexto, duas perspetivas justificam as limitações nas possíveis parcerias entre as associações e a Câmara Municipal. Do ponto de vista das instituições associativas, as parcerias estabelecidas pela Câmara são, em grande parte, direcionadas para as associações que atuam no âmbito da oferta cultural municipal em áreas específicas, o que não favorece a inclusão de outras instituições associativas que possam ter diferentes áreas de atuação. Por outro lado, na perspetiva do poder local, salienta-se o cenário orçamental limitado, que impede uma resposta eficaz às necessidades identificadas no estudo. Isso significa que, apesar dos esforços de colaboração, há desafios financeiros que ainda precisam de ser superados para fortalecer ainda mais o relacionamento entre as associações culturais e a Câmara.

É importante reconhecer que, embora existam obstáculos, a vontade de cooperação e a importância das associações culturais como atores locais no cenário cultural da Amadora são fundamentais. Portanto, o próximo passo pode envolver a procura por soluções que facilitem uma comunicação mais eficaz e a exploração de alternativas de financiamento, a fim de promover uma colaboração mais abrangente e eficaz entre as associações e o poder local.

Ao responder às perguntas orientadoras, podemos agora concluir, retomando a questão principal: *Em que medida as associações culturais do município da Amadora intercedem nas políticas culturais autárquicas?*

As associações culturais do município da Amadora que mantêm parcerias com a Câmara Municipal, demonstram uma colaboração efetiva na implementação de políticas culturais a nível local. Isso reflete-se na dinamização dos equipamentos culturais geridos pelo município, na participação ativa em eventos de iniciativa camarária e na realização de atividades relacionadas com a promoção, preservação e valorização do património local. Adicionalmente, desenvolvem e integram projetos culturais que muitas vezes se estendem para além do campo estritamente cultural, abordando áreas transversais que estão alinhadas com a estratégia municipal no setor cultural.

No entanto, é importante destacar que esse cenário de cooperação não se aplica a todas as associações culturais do município. Essa discrepância sugere a necessidade de repensar e explorar novos modelos de intervenção na área do associativismo cultural. Isso pode ser alcançado por meio de políticas culturais mais direcionadas ao fortalecimento das associações culturais, incentivando uma participação mais ampla e eficaz no cenário cultural. As políticas culturais associativas podem contribuir para uma maior coesão e sinergia entre todas as partes envolvidas, beneficiando assim a comunidade local de maneira mais abrangente.

Fontes

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 01 de abril de 2020. Em: https://www.cm-amadora.pt/images/MUNICIPIO/CAMARA/DELIBERACOES/2020/del_1abr2020.pdf.

[Consultado a 18 de março de 2023].

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 29 de julho de 2020. Em: https://www.cm-amadora.pt/images/MUNICIPIO/CAMARA/DELIBERACOES/2020/del_rp_29julho2020.pdf.

[Consultado a 18 de março de 2023].

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 22 de dezembro de 2021. Em: https://www.cm-amadora.pt/images/MUNICIPIO/CAMARA/DELIBERACOES/2021/del_rp_22dez2021.pdf.

[Consultado a 18 de março de 2023].

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 17 de maio de 2023. Em: file:///C:/Users/belar/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Anabela_Rodrigues/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Amadora/Delibera%C3%A7%C3%B5es/2023/er_17mai2023.pdf.

[Consultado a 13 de julho de 2023].

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 21 de junho de 2023. Em: file:///C:/Users/belar/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Anabela_Rodrigues/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Amadora/Delibera%C3%A7%C3%B5es/2023/er_21jun2023.pdf.

[Consultado a 02 de setembro de 2023].

Ata da Reunião Ordinária de Câmara de 19 de julho de 2023. Em: file:///C:/Users/belar/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Anabela_Rodrigues/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Amadora/Delibera%C3%A7%C3%B5es/2023/del_RO_19jul2023.pdf.

[Consultado a 02 de setembro de 2023]

Carta de Intenções para a Cultura da Área Metropolitana de Lisboa – Cultura em Rede. (2023-04-19).

Câmara Municipal da Amadora - Divisão de Informação Geográfica (DIG) - Amadora. (2014). *Amadora em Números*.

Câmara Municipal da Amadora - Núcleo Executivo Conselho Local de Ação Social. (2017). *Diagnóstico Social do Município da Amadora*.

Câmara Municipal da Amadora. (2022-11-22). *Grandes opções do Plano e Orçamento 2023*. https://www.cm-amadora.pt/images/MUNICIPIO/GESTAO_FINANCEIRA/GOPS/2023/GOPS_2023.pdf.

Câmara Municipal da Amadora. (s.d.). *Base de Dados do Movimento Associativo – Cultura*. https://www.cm-amadora.pt/images/artigos/extra/pama/pdf/2015/cultura_out2015.pdf.

- Câmara Municipal da Amadora. (s.d.). *CULTURA - Entidades Acreditadas junto da CMA*.
https://www.cm-amadora.pt/images/MOVIMENTO_ASSOCIATIVO/PDF/2022/2022_Cultura.pdf.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR LVT. (2014). *Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego - Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*.
[lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=54&fileName=PO_Lisboa_C_2017_8691.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=54&fileName=PO_Lisboa_C_2017_8691.pdf).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR LVT. (junho de 2020). *Estratégia Área Metropolitana de Lisboa 2030*.
https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS5F9C0ECCBA6EF/ESTRATEGIA_REGIONAL_DE_LISBOA_AML_LISBOA_2030.PDF.
- Constituição da República Portuguesa. (2005). Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005. (2ª edição). Assembleia da República.
<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/crp-2021-net.pdf>.
- Decreto-Lei nº 123/1999 de 20 de agosto da Assembleia da República: Apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas. (1999). Diário da República n.º 194/1999, Série I-A de 1999-08-20, páginas 5529 – 5530. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/123-434013>.
- Decreto-Lei nº 128/2001 de 17 de abril do Ministério da Cultura. Diário da República n.º 90/2001, Série I-A de 2001-04-17, páginas 2226 – 2229.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/128-2001-164214>.
- Decreto-Lei 594/74 de 7 de novembro do Ministério da Administração Interna - Gabinete do Ministro. Reconhece e regulamenta o direito de associação. (1974). Diário do Governo n.º 259/1974, Série I de 1974-11-07, páginas 1342 – 1344.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/594-1974-471532>.
- DGArtes. (s.d.). *Listagem de Apoios 2017 por Modalidade/Programa*. Obtido de https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/apoios/lista_apoios2017.pdf.
- Direção Regional de Cultura do Centro. (2022). *Programa de Apoio à Ação Cultural da Região Centro - PAAC - Normas*. <https://www.culturacentro.gov.pt/media/13874/normas-paac-2023.pdf>.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2022). *População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário*. Estimativas anuais da população residente. Anual - INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2013)*. Estimativas anuais da população residente. Anual - INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Idade média (Ano) da população residente por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)*. Recenseamento da população e habitação. Censos 2021.

INE – Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo*. Recenseamento da população e habitação. Censos 2021.

Lei nº 34/2003 de 22 de agosto da Assembleia da República. Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular. (2003). Diário da República n.º 193/2003, Série I-A de 2003-08-22. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/34-2003-656085>.

Lei n.º 42/2017, de 14 de junho da Assembleia da República. Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. (2017). Série I de 2017-06-14, páginas 2993 – 2996. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/42-2017-107514239>.

Lei nº 47/2004 de 19 de agosto da Assembleia da República: Lei-Quadro dos Museus Portugueses. (2004). Diário da República n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/47-2004-480516>.

Lei nº 75/2013 de 12 de setembro da Assembleia da República. Regime jurídico das autarquias locais. (2013). Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/75-2013-500023>.

Portaria n.º 146/2021 de 13 de julho da Cultura. Regulamento dos Programas de Apoio às Artes. (2021). Diário da República n.º 134/2021, Série I de 2021-07-13, páginas 96 – 114.

Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019. (2015). <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>.

Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023. (2019). Diário da República nº 2, II Série A de 2019-10-26, páginas 2-197. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/14/01/002/2019-10-26/1?pgs=2-197&org=PLC&plcdf=true>.

Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026. (07 de abril de 2022). <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>.

Regulamento n.º 877/2020. Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Alteração. Município da Amadora. (2020). Diário da República, 2.ª série - n.º 201, de 15 de outubro de 2020. https://www.cm-amadora.pt/images/MOVIMENTO_ASSOCIATIVO/PDF/2020_bm_sprt_18_regulamento_p_ama_alteracao_5nov2020.pdf.

Regulamento n.º 1013/2021. Alteração ao Regulamento Municipal do Prémio Literário Orlando Gonçalves. Município da Amadora. (2021). Diário da República, 2.ª série - n.º 242, de 16 de dezembro de 2021. https://www.cm-amadora.pt/images/MUNICIPIO/BOLETIM_MUNICIPAL/2021/SEPARATAS/sprt43_premio_literario_orlando_goncalves.pdf.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023. Estabelece um modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Diário da República, 1.ª série – n.º 16, de 23 de janeiro.

Bibliografia

- Albuquerque, L. (2011, março). Política cultural: conceitos e tipologias. *Cadernos PAR*, 4, 91-97.
- Alves da Silva, P. (2003). Amadora um pouco de história. Do outro lado da linha. pp. 21-24. Centro Social do Bairro 6 de maio.
- Araújo, L. & Rodrigues, M. (2017). Modelos de Análise das Políticas Públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11-35. DOI:10.7458/SPP2017839969.
- Amaro, R. (2020). Opções, estratégias e actores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39, 211-223.
- Azevedo, N. (2014). Pontos para uma discussão operacional sobre Políticas Culturais (Locais). *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 2(2), 131-143. DOI: <https://doi.org/10.21814/rlec.71>.
- Bína, V., Chantepie, P., Derooin, V., Frank, G., Kommel, K., Kotýnek, J. & Robin, P. (2012). *ESSnet - Culture - European Statistical System Network on Culture*. European Commission.
- Bradford, G., Gary, M. & Wallach, G. (2000). *The Politics of Culture*. New York: The New Press.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods, Fourth Edition*. New York: Oxford University Press.
- Câmara Municipal da Amadora - Museu Municipal de Arqueologia da Amadora (Coord.). (2009). *Património Classificado - Município da Amadora*.
- Capucha, L. (2008). *Planeamento e avaliação de projectos: guião prático*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Capucha, L., Almeida, J. F., Pedroso, P. & Vieira da Silva, A. (1996). Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, 9-27.
- Casula, M. (2017). Quem governa na governança (local)? Reflexões teóricas e evidências empíricas. *Revista de Administração Pública*, 51 (6), 1122-1138.
- Comissão Europeia, DG XXIII – Política Empresarial, Comércio, Turismo e Economia Social, *Comunicação da Comissão sobre a Promoção do Papel das Associações e das Fundações na Europa*, Serviço das Publicações, 1997.
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura, Hammonds, W. (2023). *Culture and democracy, the evidence: how citizens' participation in cultural activities enhances civic engagement, democracy and social cohesion : lessons from international research*, Serviço das Publicações da União Europeia. DOI: <https://data.europa.eu/doi/10.2766/39199>.

- Costa, A. (1997, outubro). Políticas Culturais: conceitos e perspectivas. *Observatório das Atividades Culturais*, 2, 10-14.
- Costa, P. (2021). A política cultural entre 2015 e 2023: Presença e significado da cultura nos programas dos XXI e XXII governos constitucionais portugueses. Em M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 57–80). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- Cuche, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Fim de Século.
- Durrer, V., Miller, T. & O'Brien, D. (2018). *The Routledge Handbook of Global Cultural Policy*. London and New York: Routledge.
- Deroin, V. (2011, agosto). European statistical Works on Culture. *Culture études - Politiques Publiques et Régulations*, 1-24.
- DGArtes. (2018). *DGArtes em Números - Relatório Estatístico de 2017*. Direção Geral das Artes. Obtido de: https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/dgartesemnumeros_relatorioestatistico2017.pdf.
- Fischer, F., Miller, G., & Sidney, M. (2007). *Handbook of Public Policy Analysis - Theory Politics and Methods*. CRC Press.
- Garcia, O., & Sécio, J. (2007). Para uma análise tipológica do movimento associativo: estudo diagnóstico das associações culturais e recreativas na cidade de Lisboa. *Observatório das Atividades Culturais*, 15, 22-41.
- Geertz, Clifford. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Godoy, E. & Santos, V. (2014, julho-setembro). Um Olhar sobre a Cultura. *Educação em Revista, Belo Horizonte*, 3 (30), 15-41.
- Gomes, R. (2006). *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*. Observatório das Atividades Culturais.
- Henriques, E. (2002). Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português. *Finisterra*, 73, 61-80.
- Hill, M. (1993). *The Policy Process: A Reader*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- INE. (1998). Associações Culturais e Recreativas : 1995. Obtido de <https://www.ine.pt/xurl/pub/441642415>.
- INE. (2019). Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa : 2018. Obtido de <https://www.ine.pt/xurl/pub/410495118>.
- Kroeber, A. (1952). *A Natureza da Cultura*. Chicago. Illinois: Edições 70.

- Leitão, S., Ramos, G., Cidater, A & Cooperativa de Ensino e Cultura. (2009). *Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lima dos Santos, M. (coord.). (1998). *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Lima dos Santos, M. (2007). *Políticas Culturais em Portugal*. [Comunicação por convite]. Políticas Culturais no Espaço Iberoamericano. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Almada.
- Lima dos Santos, M., Gomes, R., Lourenço, V., Martinho, T., Mocuixe, A. & Santos, J. (2005). *Contribuições Para A Formulação de Políticas Públicas No Horizonte 2013 Relativas ao Tema 'Cultura, Identidades e Património. Relatório Final*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Observatório das Actividades Culturais.
- Lima dos Santos, M., Costa, A. (coords.). (1999). *Impactos Culturais da Expo'98*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Lüchmann, L. (2012). Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, 43 (20). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000300004>.
- Lüchmann, L. (2014). Abordagens Teóricas sobre o Associativismo e os seus efeitos democráticos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 85 (29), 159-226.
- Lüchmann, L., Schaefer, M., & Nicoletti, A. (2017). Associativismo e repertórios de ação político-institucional. *Opinião Pública*, 23 (2), 361-396. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017232361>.
- Matoso, R. (novembro de 2017). *Ativismo Cultural e Transformação Social - casos e estratégias de práticas e políticas urbanas*. Congresso Intervenção Teatral em Portugal no Séc XXI. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural. Paredes de Coura.
- Melo, D. (2007). As Associações Públicas Voluntárias de Cariz Sociocultural em Portugal e as Políticas Públicas. *Finisterra*, 58-59-60, 207-235.
- Melo, D. (2007). O lugar do associativismo voluntário português no contexto europeu: para um novo paradigma do interesse público. *Observatório das Atividades Culturais*, 15, 42-56.
- Miller, T., & Yúdice, G. (2002). *Cultural Policy*. India: SAGE Publications Ltd.
- Monteiro, A. (junho de 2004). As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 8, 53-63.
- Monteiro, A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 139-157.

- Morais, A. (2009). Era uma vez uma cidade chamada Amadora...*Psilogos - Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E.*, 2 (6), 1-2 (7), 120-126. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.10/431>.
- Neves, J. (2005). *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. Obtido de: <https://www.gepac.gov.pt/105200a5-687a-4745-b5e7-1848adafb2b9>.
- Neves, J. (2020). Políticas Culturais e Infraestrutura de Pesquisa e Informação: O caso português. *Sociologia On Line*, 24, 64-84. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2020.24.3.
- Neves, J. S., Prista, P., Macedo, S. C., & Santos, J. (2022). A Cultura no pós Alentejo-2020. *Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-ISCTE*. Obtido de: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/opanoramamuseologicosite.pdf>.
- Neves, J., Lima, M., Santos, J., Macedo, S., Martins, A., Pratas, S., Pereira, J., & Nunes, N. (2023), Democracia Cultural e Políticas Públicas: O Papel do Associativismo Popular. *Análise Associativa*, 10, pp.15-42. Obtido de: <https://www.cpcrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>.
- Oliveira, A., Galego, C. & Godinho, L. (Maio de 2005). *A Mediação Sócio-Cultural: Um Puzzle em Construção*. Lisboa.
- Pratas, S. (2022). *Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto*. Almedina.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Sabatier, Paul A. (1998). The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe, *Journal of European Public Policy*, 5(1), 98-130. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501768880000051>.
- Sandberg, J., & Alvesson, M. (2011). Ways of Constructing Research Questions. *Organization*.
- Silva, A. (2007). Como abordar as Políticas Públicas Culturais? *Sociologia, Problemas e Práticas*. pp. 11-33.
- Silva, A., & Santos, H. (2010). A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11-34.
- Silva, A., Babo, E., & Guerra, P. (2015). Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 105-124.
- Simões, D. (2016). Performance e utopias no teatro de amadores. O grupo de Teatro de Acção Cultural de Almada (1974-1976). Em Pereira, J., Samara, M. & Godinho, P. (Org.). *Espaços, Redes e Sociabilidades - Cultura e Política no Movimento Associativo Contemporâneo* (pp.

301-310). Instituto de História Contemporânea. Obtido de:
https://run.unl.pt/bitstream/10362/18340/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.pdf.

Smith, K., Staples, J. & Rapport, N. (2015). *Extraordinary Encounters. Authenticity and the Interview*. Berghahn Books.

Tocqueville, Alexis. (2005). *A Democracia na América, Leis e Costumes, De certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. (2ª edição). São Paulo: Martins Fontes.

Tomás, P. (2008). Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Universidad de Barcelona.

Tonella, C. (2008). Participação Social, Cultura Política e Indicadores de Associativismo: os dirigentes de entidades locais. *Revista Debates*, 158-189.

Tylor, E. (1871). *Primitive Culture, Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Costum* (Vol. I). London: J. Murray.

Viegas, J. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, 104-121.

Viegas, J. (2014). *Associativismo, Sociedade Civil e Democracia*. Congresso Democracia e Associativismo. Loures.

Williams, Raymond. (1989a). *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso.

Zahariadis, N. (2016). *Handbook of Public Policy – Agenda Setting*. Edward Elgar Publishing.

ANEXOS

Anexo A

Entidades que apoiam as associações – Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)

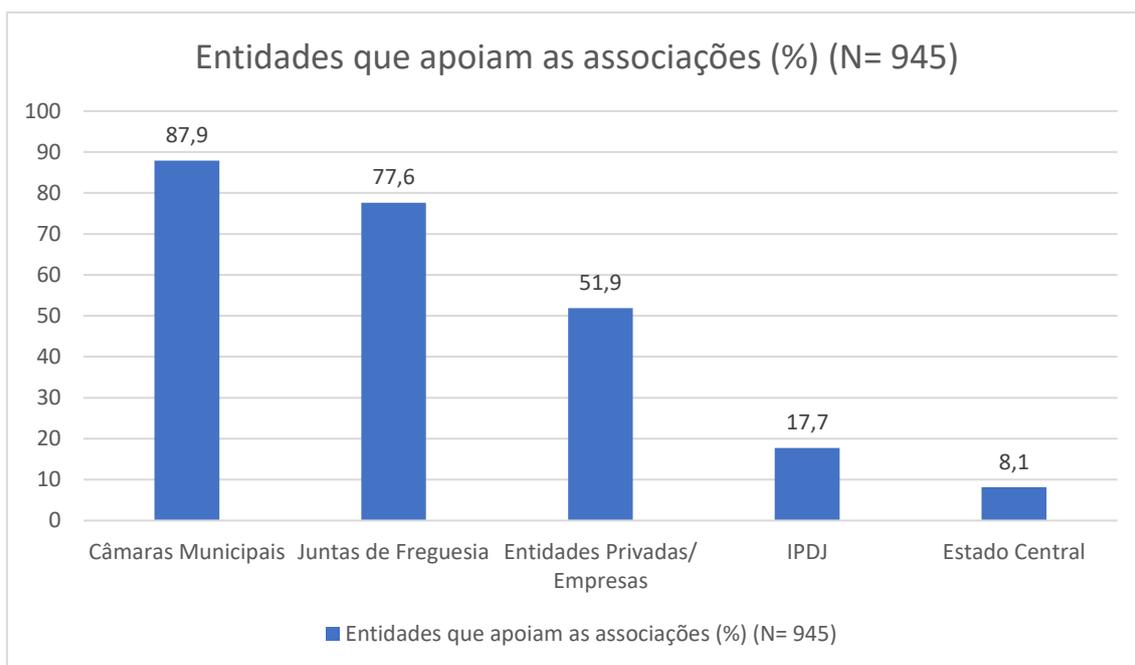


Figura 2: Entidades que apoiam as associações inquiridas (%), relativo ao total de associações que confirmaram receber algum tipo de apoio.

Fonte: Neves, J., Lima, M., Santos, J., Macedo, S., Martins, A., Pratas, S., Pereira, J., & Nunes, N. (2023), Democracia Cultural e Políticas Públicas: O Papel do Associativismo Popular. *Análise Associativa*, 10, pp.15-42.

Anexo B

Tipologia de apoios recebidos por entidade - Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022)

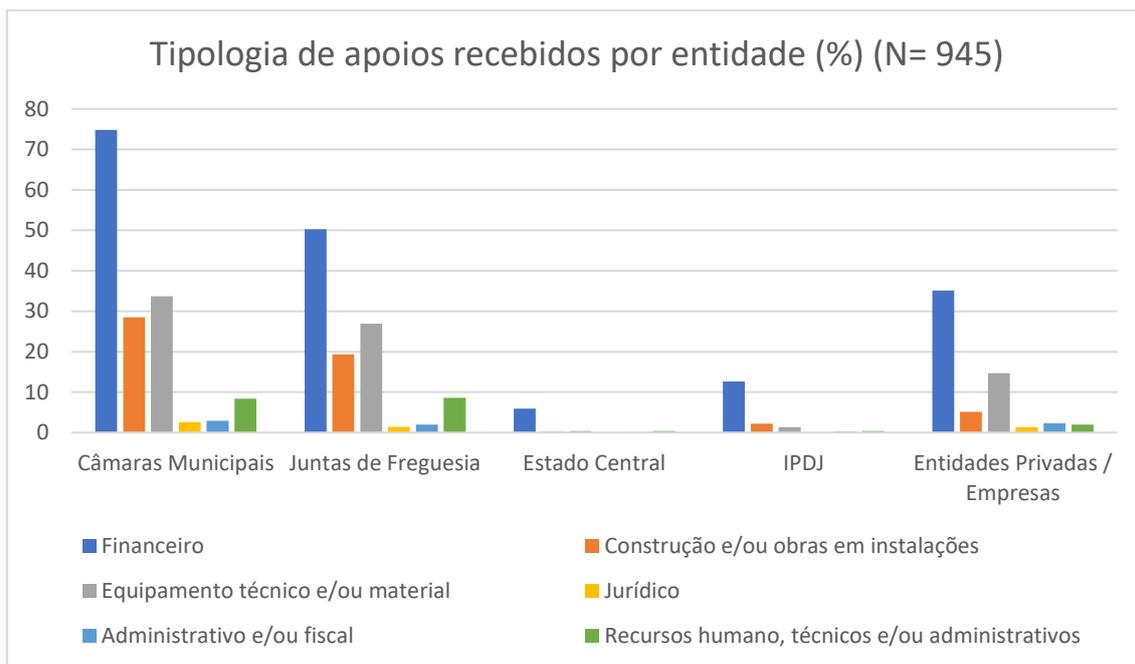


Figura 3: Tipologia de apoios recebidos por entidade (%) – Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto (2022).

Fonte: Neves, J., Lima, M., Santos, J., Macedo, S., Martins, A., Pratas, S., Pereira, J., & Nunes, N. (2023), Democracia Cultural e Políticas Públicas: O Papel do Associativismo Popular. *Análise Associativa*, 10, pp.15-42.

Anexo C

Modelo de Análise: dimensões de análise e indicadores

Associações Culturais do Município da Amadora

Dimensão	Sub-dimensão	Indicadores
Institucional	Características associativas Visão e estratégia institucional	Atividades desenvolvidas
Financeira	Financiamento das atividades e equipamentos	Verbas próprias Subsídios e apoios Parcerias

Câmara Municipal da Amadora

Dimensão	Sub-dimensão	Indicadores
Política	Orientações nacionais para o associativismo Visão e estratégia política no campo cultural Política associativa cultural Políticas culturais locais	Deliberações e regulamentos internos Discurso político Iniciativas e projetos culturais

Figura 4: Modelo de análise: dimensões de análise e indicadores.

Fonte: Autoria própria.

Anexo D

Enquadramento da região da Amadora no território nacional e respetivas freguesias com nº de residentes e Km² (2014)

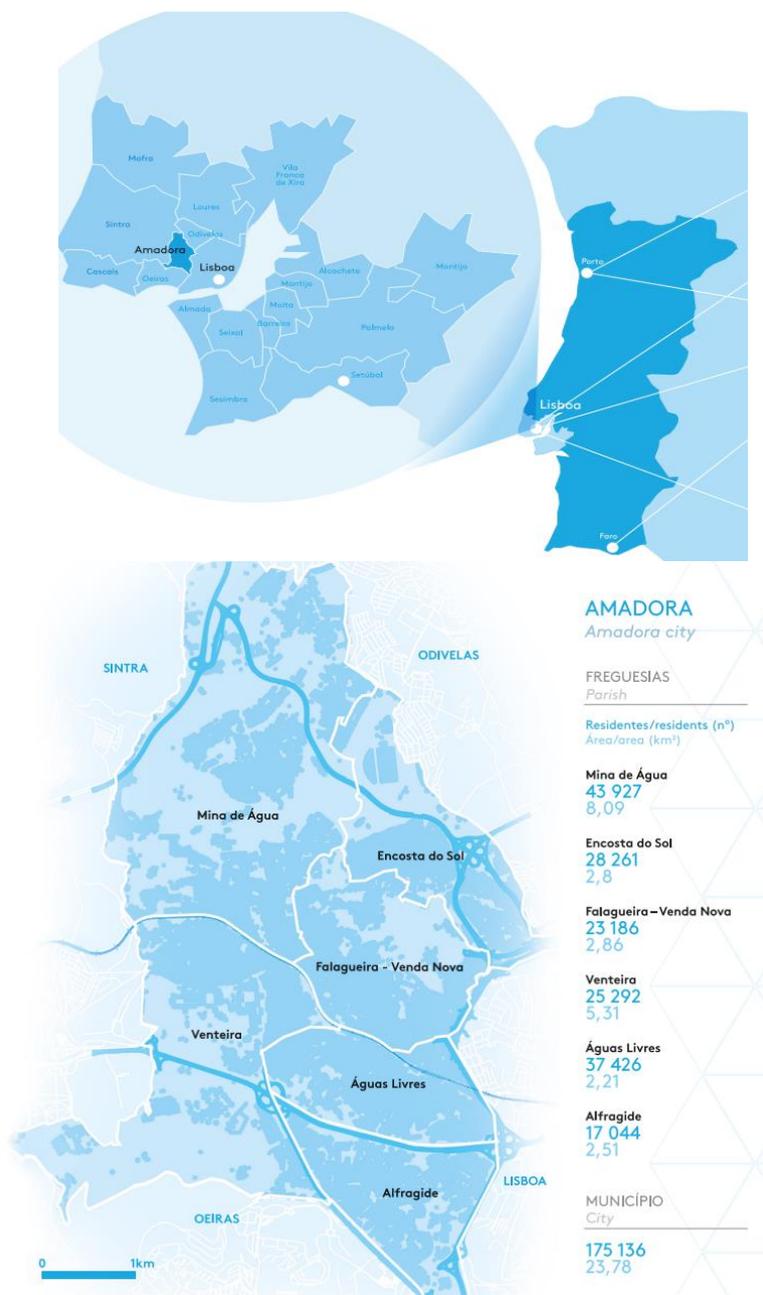


Figura 5: Enquadramento da região da Amadora no território nacional e respetivas freguesias com nº de residentes e Km² (2014).

Fonte: Câmara Municipal da Amadora - Divisão de Informação Geográfica (DIG) - Amadora. (2014). Amadora em Números

Anexo E

Despesas em atividades culturais e criativas do município da Amadora e municípios fronteiriços (2018-2021)

Município	2021	2020	2019	2018
Sintra	5 812 356	4 737 140	4 697 370	4 940 952
Oeiras	5 881 420	6 297 763	3 419 634	2 079 010
Odivelas	3 451 236	2 399 218	2 161 002	1 859 394
Lisboa	61 218 323	83 812 558	59 945 770	56 001 039
Amadora	2 900 197	3 051 539	3 523 473	3 130 255

Figura 6: Despesas em atividades culturais e criativas do município da Amadora e municípios fronteiriços (€)

Fonte: Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013) – Anual.

Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais;

Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades.

Anexo F

Despesa em atividades culturais e criativas por categorias de despesa (2021)

Amadora	Atividades culturais e criativas	Património	Bibliotecas e arquivos	Artes do espetáculo	Atividades interdisciplinares
2021	2 900 197	216 611	782 451	612 284	444 978

Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab.) 16,9

Figura 7: Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013); Despesas em património cultural (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013); Despesas em bibliotecas e arquivos (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013); Despesas em artes do espetáculo (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013); Despesas em atividades interdisciplinares (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013).

Fonte: Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais.

Anexo G

Quadro descritivo das entrevistas realizadas

Câmara Municipal da Amadora	Duração da entrevista	Data
Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e equipamentos culturais, Relações-Públicas e comunicação, Cooperação para o desenvolvimento, Desporto, Juventude e Movimento associativo	02:05:50	16/06/2023

Associação Cultural	Freguesia	Principais áreas de atividade cultural	Duração da entrevista	Data
Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA	Falagueira - Venda Nova	Teatro e Música	00:54:48	26/09/2023
ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora	Damaia	Património	01:15:05	02/06/2023
Quorum Ballet	Alfragide	Dança	00:48:16	26/07/2023
Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema	Mina de Água	Teatro e Cinema	00:58:20	09/06/2023

(Continua)

Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora - Uniati	Venteira	Artística e Recreativa	01:19:04	02/06/2023
Jubilantstages - Associação	Venteira	Teatro	01:09:43	15/06/2023
Associação Kimera	Alfragide	Dança	s.t.	09/06/2023
Associação Cultural VNV - Venda Nova Viva	Falagueira - Venda Nova	Artística e Recreativa	01:09:10	31/05/2023

Figura 8: Quadro descritivo das entrevistas realizadas com identificação da localização, natureza das atividades culturais associativas, tempo e data das entrevistas.

Fonte: Autoria Própria.

Anexo H

Quadro descritivo do cargo dos entrevistados e guiões utilizados

Entidade	Cargo do Entrevistados	Guião
Câmara Municipal da Amadora – Pelouro da Cultura	Vereador e Adjunta Pessoal do Vereador	A
ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora	Presidente	B
Quorum Ballet	Presidente	B
Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema	Presidente	B
Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora – Uniati	Presidente e Responsável do Conselho Fiscal	B
Jubilantstages – Associação	Presidente	B
Associação Kimera	Presidente	B
Associação Cultural VNV - Venda Nova Viva	Presidente	B

Figura 9: Quadro descritivo do cargo dos entrevistados com identificação dos guiões utilizados.
Fonte: Autoria Própria.

Anexo I

Guião das entrevistas às Associações Culturais do município da Amadora (B)

Esta entrevista decorre no âmbito do mestrado em Políticas Públicas que estou a realizar no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Encontro-me, neste momento, a desenvolver o meu projeto de investigação com a temática: «Políticas Culturais Locais e Associativismo: o caso do município da Amadora».

Antes de iniciar a entrevista, pergunto se existe a possibilidade de ser áudio-gravada, para posterior transcrição e análise de dados.

Parte I – Caracterização da Associação

1. Como surgiu a associação? Porque foi criada?
2. Quais os seus objetivos?
3. Quantos associados tem atualmente? E qual o seu fluxo nos últimos anos?
4. Qual o papel destes associados no funcionamento da Associação? Participam nas atividades desenvolvidas?
5. Que tipo de atividades desenvolvem?

Parte II – A associação e as relações com a comunidade, parcerias e financiamento

6. Considera importante o papel da associação na comunidade em que se insere? Como o pode descrever?
7. Qual a sua opinião relativamente à oferta cultural e projetos desenvolvidos no município da Amadora, por outras instituições?
8. Mantém alguma parceria com outras instituições (associativas ou de outra natureza)?
9. Na sua opinião, quão importantes são as atividades culturais desenvolvidas pelas associações, no conjunto da oferta cultural do concelho?
10. Como são financiados os projetos/atividades desenvolvidos pelo v/associação?

Parte III – Relacionamento com instituições do poder local

11. Como descreve o relacionamento com o poder local (junta de freguesia ou câmara da Amadora)?
12. Mantém, atualmente, algum protocolo ou parceria com instituições do poder local?
 - a. Se sim, qual a razão? Que termos são aplicados nessa parceria? É uma parceria com uma visão a curto, médio, ou longo prazo?
 - b. Se não, qual a razão?
13. Quais as vantagens que identificam de uma possível parceria com instituições do poder local? E desvantagens?
14. Têm conhecimento do PAMA – Programa de Apoio ao Movimento Associativo?
15. Já se candidataram alguma vez? Como foi o processo e qual a sua opinião?
16. Como avalia a relação que o município mantém com as associações culturais?
17. Como avalia as políticas culturais autárquicas do município da Amadora?

Por último, pretende acrescentar algo que não tivesse sido abordado?

Anexo J

Guião da entrevista ao Vereador do Pelouro da Cultura - Câmara Municipal da Amadora (A)

Esta entrevista decorre no âmbito do mestrado em Políticas Públicas que estou a realizar no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Encontro-me, neste momento, a desenvolver o meu projeto de investigação com a temática: «Políticas Culturais Locais e Associativismo: o caso do município da Amadora».

Antes de iniciar a entrevista, pergunto se existe a possibilidade de ser áudio-gravada, para posterior transcrição e análise de dados.

Parte I – Percurso Profissional

1. Encontra-se no cargo há quanto tempo?
2. Já tinha assumido funções na área da Cultura e/ou no setor público?
3. Qual o seu percurso até assumir o cargo de Vereador?

Parte II – Plano estratégico da política cultural autárquica

4. Que medidas do mandato anterior, na área da cultura, se deu continuidade? E recentes?
5. De que forma as orientações nacionais influenciam as políticas culturais a nível local, no município da Amadora?
6. Qual é a estratégia atual do município na área da Cultura?
7. Quais são as principais dificuldades com que se depara para a concretização de políticas culturais?
8. A nível orçamental, qual a percentagem atribuída ao setor da cultura, contabilizando o total disponível? Qual a repartição pelas várias rúbricas?
9. Em que áreas, no âmbito cultural, existe mais investimento do poder local?
10. O município desenvolve ações que promovam o envolvimento de parceiros ou da população em geral? Quais?
11. Quais os principais parceiros da Câmara na implementação de políticas culturais?

Parte III – Relação com as associações culturais do município

12. Que tipo de relação a autarquia estabelece com as associações culturais do município?
13. Como classifica essas relações?
14. Crê que as associações culturais têm um papel importante no desenvolvimento cultural do concelho da Amadora? De que forma?
15. O município tem um levantamento de todas as associações existentes na sua área de jurisdição, ou apenas dos que estão ligados ao PAMA? Que dados abrangem esse registo?
16. Quais as vantagens que identifica no PAMA para a Câmara? E para as associações?
17. Considera o processo de candidatura ao PAMA acessível para as associações? Tem conhecimento de alguns constrangimentos gerais que possam existir?
18. Quais são as limitações do Programa? Porquê?
19. Que importância têm as atividades desenvolvidas pelas associações relativamente à oferta/programação cultural do município?

Por último, pretende acrescentar algo que não tivesse sido abordado?

Anexo K

Quadro descritivo das associações entrevistadas: data de fundação e nº de associados

Associação	Data de fundação	Nº de Associados*
Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora - SFRAA	1878	800
ARQA - Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora	1988	40
Quorum Ballet	2005	200
Associação dos Amigos da Escola Superior de Teatro e Cinema	2012	85
Associação Cultural da Terceira Idade da Amadora – Uniati	2017	100
Jubilantstages – Associação	2018	8
Associação Kimera	2018	25
Associação Cultural VNV - Venda Nova Viva	2018	170

Figura 10: Quadro descritivo do cargo dos entrevistados com identificação dos guiões utilizados.

Fonte: Autoria Própria.

* Número aproximado fornecido pelos intervenientes durante as entrevistas realizadas.

Anexo L

Apoios e parcerias das associações entrevistadas no desenvolvimento de atividades culturais (2022-2023)

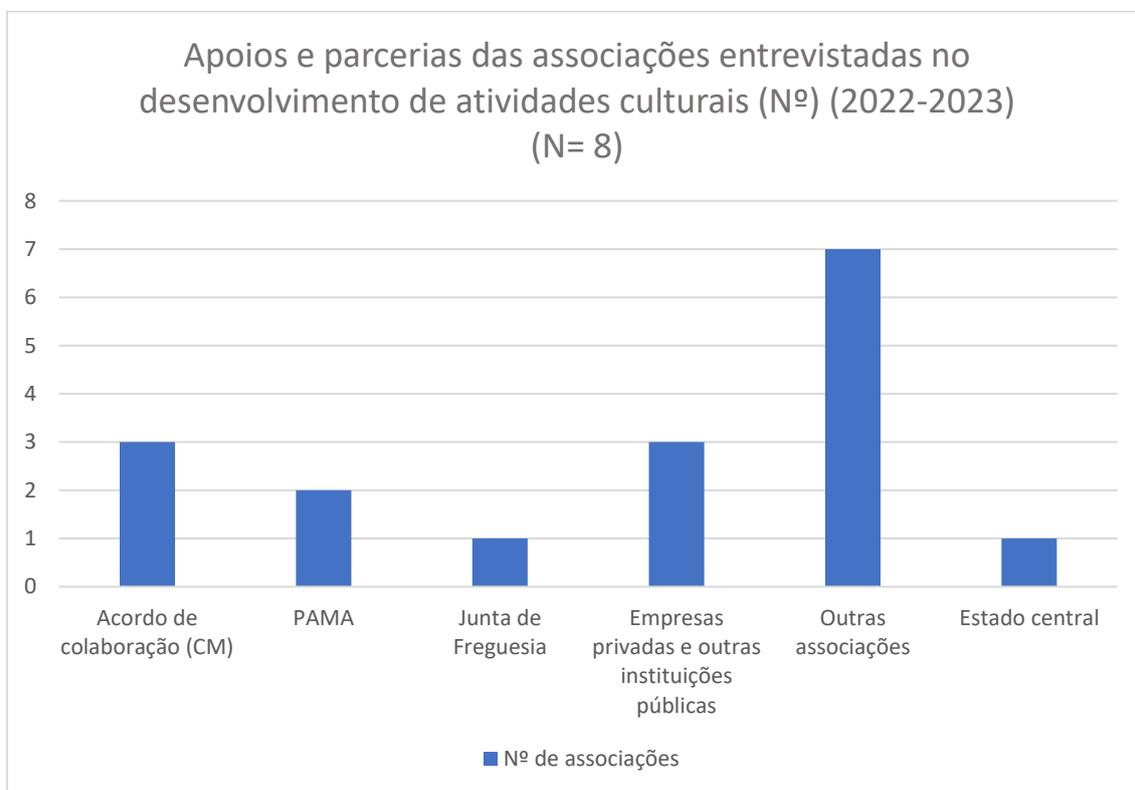


Figura 11: Apoios e parcerias das associações entrevistadas no desenvolvimento de atividades culturais (2022-2023).

Fonte: Autoria Própria.